

**MINUTA
PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
CAMPUS PITANGA
2021-2024**

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ

Reitor

Odacir Antonio Zanatta

Pró-Reitoria de Ensino

Amarildo Pinheiro Magalhães

Pró-Reitoria de Administração

Carlos Eduardo Fonini Zanatta

Pró-Reitoria de Extensão, Pesquisa e Inovação

Marcelo Estevam

Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas

Karina Mello Bonilaure

Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

Paulo Tetuo Yamamoto

CAMPUS PITANGA

Diretor Geral

Márcio Gonçalves dos Santos

Diretor de Ensino, Pesquisa e Extensão

Felipe Augusto Fernandes Borges

Diretor de Planejamento e Administração

Marcelo Mazzetto

Coordenação do PPP

Daniel Rotella Cocco

Felipe Augusto Fernandes Borges

Sede

Rua José de Alencar, 1080, Vila Planalto, CEP: 85200-000, Pitanga/PR

CNPJ: 10.652.179/0001-15

Fone: (42) 3646-4737

E-mail: ifpr.pitanga@ifpr.edu.br

<http://www.pitanga.ifpr.edu.br>

**Pitanga
2021**

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	5
2. CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE.....	8
2.1. Dados de Identificação.....	8
2.2. Caracterização do espaço físico	8
2.3. Histórico do Campus	9
2.4. Arranjos Produtivos e Populacionais da Região	10
2.5. Caracterização dos cursos ofertados	17
2.6. Acessibilidade	22
2.7. Condições de Mobilidade	23
2.8. Condições de Alimentação.....	23
2.9. Extensão, Pesquisa, Inovação e publicações	24
2.10. Laboratórios	25
2.11. Descrição dos Setores.....	26
2.12. Organograma.....	30
2.13. Quadro de Técnicos Administrativos	30
2.14. Quadro de Docentes.....	34
2.15. Quadro de Funcionários Terceirizados	37
3. PRESSUPOSTOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS DO CAMPUS	38
3.1. Missão, visão, valores e finalidades.....	38
3.2. Gestão Democrática.....	40
3.3. Sociedade, Trabalho e Educação	41
3.4. Ensino-aprendizagem, currículo e avaliação.....	43
3.5. Inclusão sócio-educacional	48
3.6. Educação profissional, científica e tecnológica	50
3.7. Pesquisa, extensão e inovação.....	52
4. PLANEJAMENTO	55
4.1. Planos de gestão escolar	55
4.2. Planejamento de oferta de novos cursos	56
4.3. Plano e expectativas de formação continuada.....	57
4.4. Programa de acompanhamento de egresso	57
4.5. Plano de infraestrutura (aliado ao PDI e ao PPI)	58
4.6. Plano de permanência e êxito.....	59
4.7. Ações de educação inclusiva	62

4.8. Ações da cultura corporal: dança, lutas, jogos, ginástica e esporte nas manifestações educacional, participação/lazer e rendimento.....	65
4.9. Ações de políticas afirmativas.....	66
4.10. Ações de educação de jovens e adultos.....	68
4.11. Ações de assistência estudantil: concessão de bolsas, auxílios e subsídios para fomento à participação em eventos estudantis nas áreas de ensino, pesquisa, extensão e inovação	68
4.12. Ações didático-pedagógicas	69
4.12.1. Planejamento pedagógico	69
4.12.2. Metodologias de ensino	71
4.12.3. Projetos integradores.....	72
4.12.4. Apoio pedagógico e acompanhamento dos estudantes	72
4.12.5. Projetos de ensino, pesquisa, extensão e inovação	73
4.13. Estágio obrigatório e não obrigatório	75
4.14. Núcleos institucionais	76
4.14.1. NIT – Núcleo de Inovação Tecnológica	76
4.14.2. NAPNE - Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas.....	78
4.15. Relacionamento com a comunidade.....	85
4.16. Comunicação.....	89
5. AVALIAÇÃO DO PPP	90
6. REFERÊNCIAS	91

1. APRESENTAÇÃO

O desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico (PPP) do IFPR - Campus Pitanga tem início no mês de abril de 2019, com a publicação da Portaria nº 57, de 23 de abril de 2019, em que foi designada a Comissão Local responsável pela elaboração do Projeto Político Pedagógico do Campus Pitanga.

Desde então, diversas reuniões com servidores, estudantes e comunidade acadêmica em geral foram realizadas, para discussão do texto que ora se apresenta.

Ainda no ano de 2019, houve o início das discussões, e a Comissão Local designou subgrupos de trabalho para elaborar minutas de textos que, posteriormente, seriam apreciadas e discutidas em momentos coletivos com a comunidade acadêmica. Assim foi feito, desenvolvendo-se boa parte do trabalho ainda naquele ano.

Tal trabalho prosseguiu pelo ano de 2020, sendo, infelizmente, abruptamente interrompido por certo período, quando da suspensão do Calendário Acadêmico. Em meio à incerteza de como se daria continuidade do ano letivo, visto a longa duração da situação pandêmica da Covid-19, foi necessário concentrar esforços dos servidores na discussão da continuidade do ano letivo, no acompanhamento dos estudantes, no planejamento das Atividades Pedagógicas Não-presenciais (APNP's) e, posteriormente, da retomada do Calendário Acadêmico por meio do Regime Didático Emergencial (RDE).

A retomada do Calendário Acadêmico, bem como a adaptação ao modelo de trabalho remoto possibilitou, no início do ano de 2021, a retomada dos trabalhos com o PPP, a discussão de minutas de textos já elaborados e a elaboração de novos. Durante o primeiro semestre deste ano, foram feitas diversas reuniões com a comunidade acadêmica, das quais resultou a minuta final do texto do PPP.

Esta minuta, apreciada e aprovada pelo conjunto de servidores do Campus, foi colocada em consulta pública entre os dias 15 e 25 de junho de 2021. Com as contribuições recebidas, a Comissão Local, reunida, fez as

alterações necessárias na minuta e enviou-a para a Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão que, por sua vez, a submeteu ao Colegiado de Gestão Pedagógica (CGPC) e ao Colégio Dirigente do Campus (CODIC). Aprovada por estas instâncias, a minuta foi enviada à PROENS, para posterior aprovação no CONSEPE e CONSUP.

Devemos destacar que docentes, técnicos administrativos, estudantes e comunidade em geral participaram da construção deste documento, seja como participantes das reuniões de elaboração e aprovação dos textos, seja posteriormente, no momento da Consulta Pública.

O trabalho de elaboração foi realizado sempre de maneira transparente e coletiva, primando pela ampla participação da comunidade como um todo. O que temos, neste documento, é uma visão atual e futura para o IFPR - Campus Pitanga, visão construída a várias mãos e pensada coletivamente.

Para tanto, organizamos nosso PPP contendo, pela ordem, a **Caracterização da Unidade**, em que trazemos os dados recentes sobre o Campus, seus aspectos estruturais, pedagógicos e de servidores, bem como seus histórico e situação atual.

Em seguida, há o tópico **Pressupostos Político-Pedagógicos do Campus**, em que tratamos nossa visão e concepções sobre o fenômeno educativo, trabalho coletivo, ensino, pesquisa e extensão, entre outros. Este tópico é o fundamento teórico do Campus que queremos, da educação que pretendemos realizar, a direção para a qual nossa prática pedagógica, enquanto grupo, aponta.

Por fim, temos o tópico **Planejamento**, em que abordamos os planos atuais e futuros do Campus, tanto estruturalmente quanto pedagogicamente. Aqui, também, há um exercício de apontar para o futuro, planejar, colocar no papel, além daquilo que somos, aquilo que queremos ser enquanto instituição pública de educação em Pitanga e Região.

Em síntese, afirmamos que este não é um documento pronto, acabado, mas um documento em constante construção. Um Projeto Político Pedagógico é assim por definição. Dessa forma, para além de uma *forma*, na qual o Campus deve se *conformar*, este é um documento dinâmico, vivo, que deve ser pensado,

repensado e transformado sempre que necessário. Esta é nossa concepção e nosso planejamento para este PPP.

2. CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE

2.1. Dados de Identificação

IFPR - Campus Pitanga
Rua José de Alencar, 1.080 – Vila Planalto CEP 85.200-000 – Pitanga PR
Secretaria/Biblioteca (Informações Gerais): (42) 3646 -4737 E-mail: secretaria.pitanga@ifpr.edu.br
Seção Pedagógica e de Assuntos Estudantis (SEPAE): (42) 3646-2999 E-mail: sepae.pitanga@ifpr.edu.br
Setor Administrativo: (42) 3646-3450 E-mail: contratos.pitanga@ifpr.edu.br
Página do Campus https://pitanga.ifpr.edu.br/
Facebook @ifprcampuspitanga

2.2. Caracterização do espaço físico

O Campus Pitanga iniciou sua estruturação física no ano de 2013, com a construção do Bloco 01 e Guarita, sendo estes finalizados em 2015 (IFPR, 2018, p. 344). O Bloco Administrativo conta com 2.127,10 m² e hoje abriga tanto as atividades administrativas quanto pedagógicas: funcionam ali, atualmente, todas as unidades administrativas, sala de professores, além das salas de aula e Laboratório de Informática. Para práticas esportivas, há uma quadra de areia no terreno do Campus.

Há uma estrutura no terreno do Campus, um Galpão, com aproximadamente 400 m², e que hoje abriga os Laboratórios de Artes, Robótica e Música, servindo ainda como depósito para alguns materiais. É uma construção que necessita de reparos, para que possa ser utilizada de maneira plena.

Além disso, há o recém terminado Bloco de Laboratórios, contando com 561,27 m², abrigando os seguintes laboratórios: Química orgânica; Química inorgânica; Carnes e derivados; Frutas e hortaliças; Leites e derivados.

Há, ainda, um Bloco Didático em Construção. Este bloco, quando

terminado, terá 914,29 m², contando com 6 salas de aula, área para depósito de resíduos e abrigará 4 laboratórios: de Pedagogia, de Informática e dois de Ciências (Química, Física, Biologia).

Há necessidade de melhoria constante do espaço físico do Campus, a fim de que os projetos de expansão possam ser adequadamente abrigados.

2.3. Histórico do Campus

A implantação do Instituto Federal do Paraná – Campus Pitanga iniciou-se em 2014 com a oferta de cursos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC): Vendas e Auxiliar Administrativo, e o curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) em Auxiliar Administrativo.

O funcionamento do Campus Pitanga foi autorizado pela Portaria nº 27, de 21 de janeiro de 2015, iniciando suas atividades de ensino em 09 de fevereiro de 2015, com o curso Técnico em Cooperativismo Integrado ao Ensino Médio. Neste mesmo ano foi ofertado o curso de FIC em Condutor Ambiental Local.

No ano de 2016, continuou o curso Técnico em Cooperativismo Integrado ao Ensino Médio e o IFPR - Campus Pitanga disponibilizou para a comunidade cursos Técnicos Subsequentes na modalidade de EaD: Administração, Agente Comunitário de Saúde, Logística, Meio Ambiente e Serviços Públicos, com polos nos municípios de Palmital, Cândido de Abreu e Pitanga. Neste mesmo ano, em parceria com a Casa Familiar Rural Vitor Mariano de Castro, Secretaria Municipal de Educação e o Núcleo Regional de Educação do Município de Pitanga, foram ofertados ainda os cursos FIC em: Agente de Desenvolvimento Cooperativista, Auxiliar de Administração, Inglês Básico, Programador de Sistemas e Recreator.

Em 2017, além de quatro turmas de Técnico em Cooperativismo Integrado ao Ensino Médio, e da continuidade dos cursos Técnicos Subsequentes na modalidade de EaD o IFPR - Campus Pitanga ofertou o curso de Pós-Graduação, nível de Especialização, em Interdisciplinaridade e Docência na Educação Básica e o FIC Produções Artísticas: Procedimentos Teóricos e Metodológicos Bidimensionais - Pintura I.

No ano de 2018 teve início a oferta do primeiro curso superior, de

Licenciatura em Química e a oferta dos FIC's Produções Artísticas: Procedimentos Teóricos e Metodológicos Bidimensionais - Pintura I e Pintura II. Posteriormente, em 2019, tiveram início os cursos superiores de Licenciatura em Pedagogia e de Tecnologia em Agroindústria, e uma nova oferta do FIC Produções Artísticas: Procedimentos Teóricos e Metodológicos Bidimensionais - Pintura I.

Atualmente, são ofertados regularmente cursos de FIC e encontram-se em funcionamento o curso Técnico em Cooperativismo Integrado ao Ensino Médio, os cursos superiores de Licenciatura em Química, Licenciatura em Pedagogia e de Tecnologia em Agroindústria, além da Especialização em Interdisciplinaridade e Docência na Educação Básica.

2.4. Arranjos Produtivos e Populacionais da Região

A caracterização da unidade do IFPR - Campus Pitanga requer um trabalho de contextualização geográfica. É sua situação nos quadros social e econômico que permite compreender os processos de intervenção estatal que subsidiam a criação e os projetos de desenvolvimento e ampliação dessa instituição na região central do estado do Paraná.

Como é possível observar no quadro a seguir¹, a região em que se localiza o IFPR - Campus Pitanga possui características discrepantes da média estadual nos quesitos econômicos e sociais, especialmente no que se refere às taxas de urbanização e renda.

IPARDES

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

PERFIL DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE PITANGA

ÁREA TERRITORIAL E DEMOGRÁFICA	FONTE	DATA	REGIÃO	ESTADO
Área Territorial (km ²)	ITCG	2018	7.535,346	199.880,200

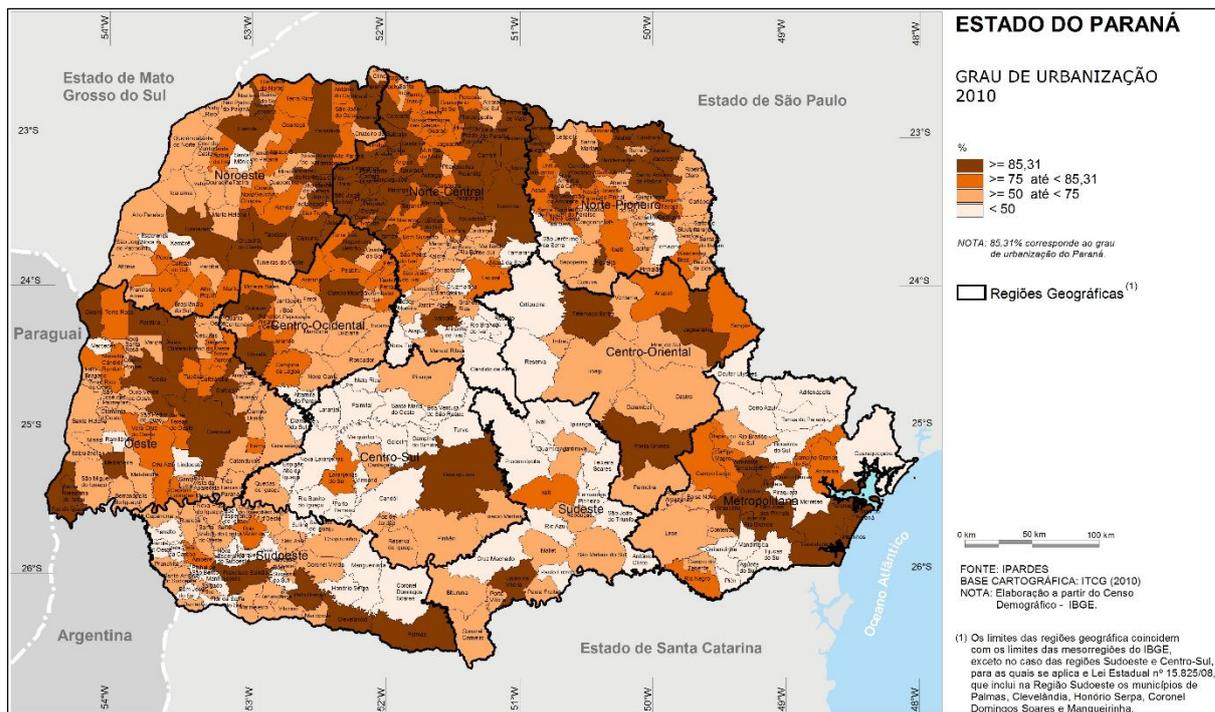
¹ Compilado de dados apresentados na publicação online "Perfil da Região Administrativa de Pitanga (2019)" <
http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?codlocal=1072&btOk=ok>

Densidade Demográfica (hab/km ²)	IPARDES	2018	13,82	56,78
Grau de Urbanização (%)	IBGE	2010	44,42	85,33
População Estimada (habitantes)	IBGE	2018	104.103	11.348.937
População Censitária (habitantes)	IBGE	2010	112.957	10.444.526
População Censitária Urbana (habitantes)	IBGE	2010	50.180	8.912.692
População Censitária Rural (habitantes)	IBGE	2010	62.777	1.531.834
População - Contagem (habitantes) ⁽¹⁾	IBGE	2007	117.388	10.284.503
Taxa de Crescimento Geométrico Populacional (%)	IBGE	2010	-1,10	0,89
EDUCAÇÃO	FONTES	DATA	REGIÃO	ESTADO
Matrículas na Creche (alunos)	MEC/INEP	2018	2.017	209.363
Matrículas na Pré-escola (alunos)	MEC/INEP	2018	2.332	277.945
Matrículas no Ensino Fundamental (alunos)	MEC/INEP	2018	15.026	1.410.023
Matrículas no Ensino Médio (alunos)	MEC/INEP	2018	4.735	424.840
Matrículas na Educação Profissional (alunos)	MEC/INEP	2018	708	80.420
Matrículas na Educação Especial (alunos)	MEC/INEP	2018	855	41.980
Matrículas na Educação de Jovens e Adultos (EJA) (alunos)	MEC/INEP	2018	1.357	157.106
Matrículas na Educação Superior Presencial (alunos)	MEC/INEP	2017	1.091	382.853
Matrículas na Educação Superior a Distância (alunos)	MEC/INEP	2017	1.086	136.545
TRABALHO	FONTES	DATA	REGIÃO	ESTADO
População em Idade Ativa (PIA) (pessoas)	IBGE	2010	95.024	8.962.587
População Economicamente Ativa (PEA) (pessoas)	IBGE	2010	61.067	5.587.968
População Ocupada (PO) (pessoas)	IBGE	2010	59.076	5.307.831
PRODUTO E RENDA	FONTES	DATA	REGIÃO	ESTADO
PIB <i>Per Capita</i> (R\$ 1,00) ⁽⁴⁾	IBGE/Ipardes	2016	21.555	35.726
VAB a Preços Básicos - Agropecuária (R\$ 1.000,00) ⁽⁴⁾	IBGE/Ipardes	2016	785.764	34.670.440
VAB a Preços Básicos - Indústria (R\$ 1.000,00) ⁽⁴⁾	IBGE/Ipardes	2016	167.802	90.265.943
VAB a Preços Básicos - Comércio e Serviços (R\$ 1.000,00) ⁽⁴⁾	IBGE/Ipardes	2016	807.875	177.186.882
VAB a Preços Básicos - Administração Pública (R\$ 1.000,00) ⁽⁴⁾	IBGE/Ipardes	2016	467.891	49.053.787

Apresentamos a seguir alguns dos elementos trazidos no quadro anterior que podem auxiliar na caracterização regional e na compreensão da

proposta institucional apresentada no presente projeto Político e Pedagógico dessa unidade do IFPR.

O primeiro deles consiste no percentual de urbanização regional sistematizado pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Social e Econômico - IPARDES, cuja representação cartográfica² a seguir permite visualizar o conjunto estadual.



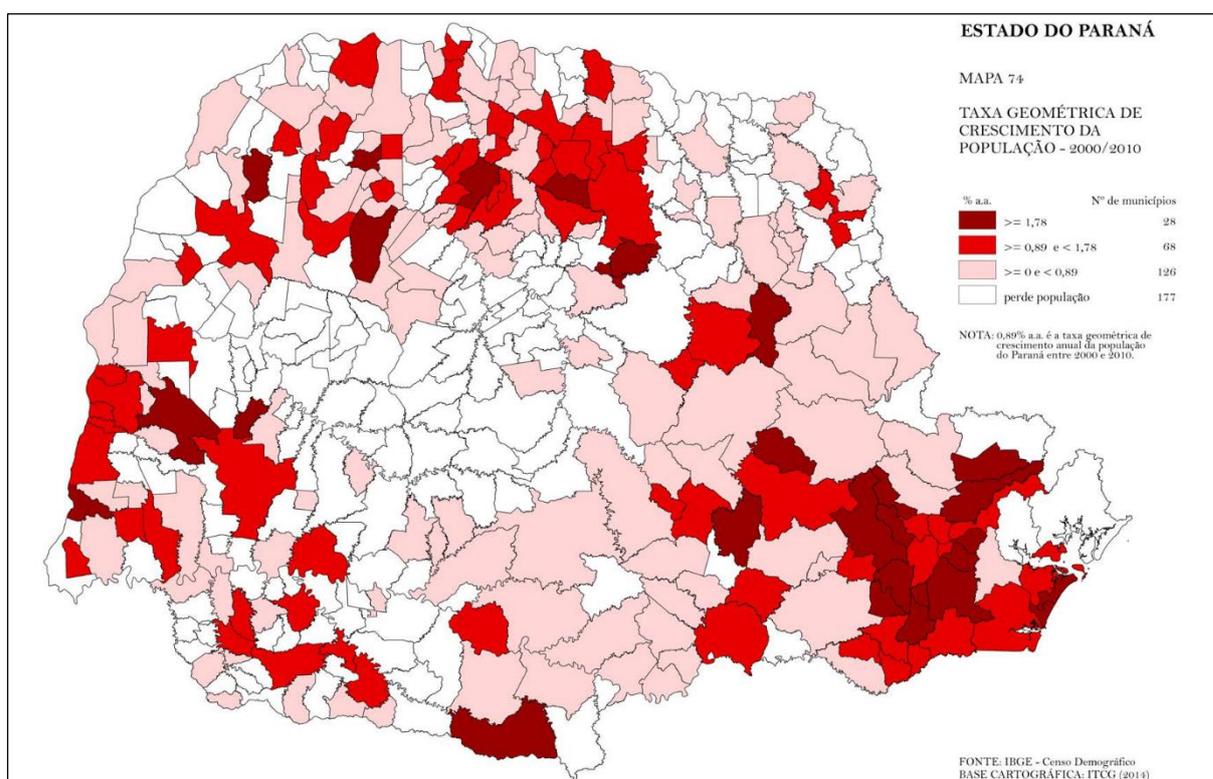
A região central do Paraná, na qual se encontra o município de Pitanga, apresenta um baixo índice de urbanização até mesmo quando comparado com a média da região Norte brasileira. Esse fenômeno está relacionado com a dinâmica do processo de modernização agrícola no estado. A incorporação tardia dessas áreas pelo modelo produtivo moderno não trouxe os mesmos efeitos sobre a urbanização ocasionados nas regiões norte, noroeste, oeste e sudoeste do Paraná.

Os reflexos desse quadro populacional influenciam fortemente em outros temas. A partir de mapeamentos da renda média per capita municipal, do

² Mapa disponível em <
http://www.ipardes.gov.br/pdf/mapas/base_demografica_social/grau_de_urbanizacao_2010.jpg
>

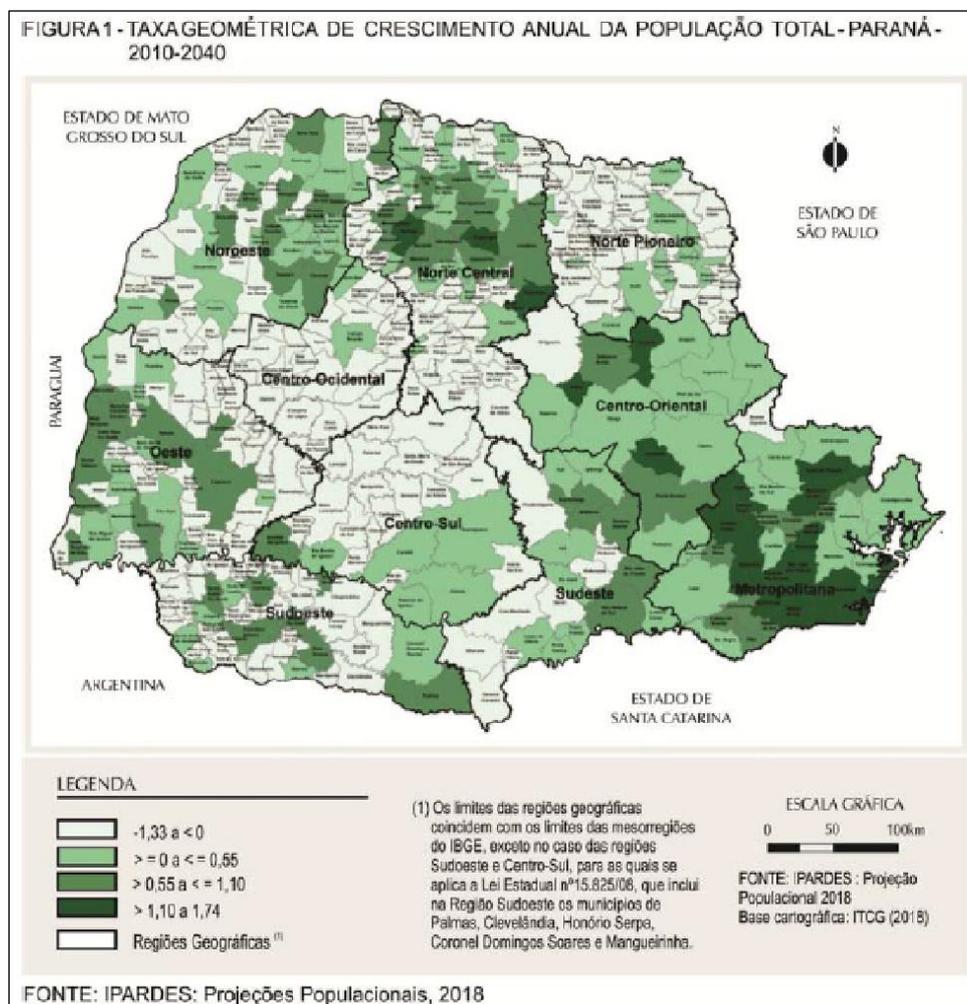
índice de Desenvolvimento Humano municipal, das taxas de crescimento populacional e fluxos migratórios, entre vários outros, é possível identificar particularidades regionais que conferem à região central do estado um caráter único em comparação com as demais regiões.

Um dos aspectos mais evidentes desse processo é a tendência de redução populacional já identificada no período de 2000-2010, referente à sistematização dos dados do último senso demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, como se pode observar no mapa abaixo.



Conforme as projeções populacionais realizadas pelo IPARDES (2018) existe a previsão da manutenção do decréscimo populacional das pequenas cidades e concentração da população em centros urbanos maiores. Essa tendência tem se intensificado desde o início do processo de modernização agrícola iniciado na década de 1970 no Paraná, o que conduziu a uma inversão completa dos percentuais de população urbana e rural no estado. Até a década de 1960 o Paraná possuía aproximadamente 70% de sua população na área rural. Na década de 1980 a população rural era de apenas 30%.

Quase todo crescimento da população paranaense, a ser observado nas próximas décadas, tende a se concentrar em um número reduzido de municípios, particularmente aqueles de maior porte. O número de municípios com 100 mil ou mais habitantes se elevará de 18 para 23, no período 2010/2040, conjunto que terá sua participação na população do Estado ampliada de 49,3% para 57,5% no mesmo período. Por outro lado, chama atenção que um contingente importante da população paranaense permanecerá residindo em municípios de pequeno porte (até 20 mil habitantes); no período 2010/2040, o estoque populacional nestes municípios será reduzido em apenas 3,4% (cerca de 87 mil pessoas), [...] (IPARDES, 2018, p. 9)³

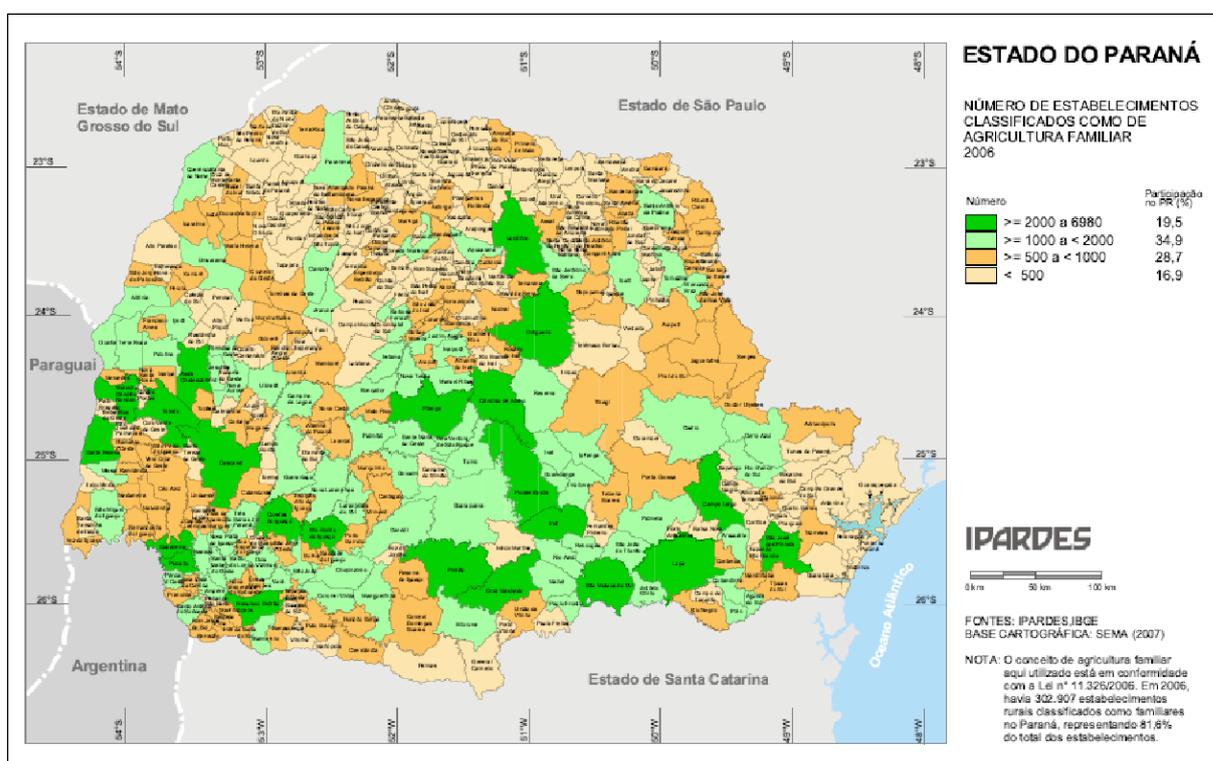


Não é novidade os problemas sociais e econômicos decorrentes desse

³ IPARDES. **Projeção da população dos municípios do Paraná para o período 2018 a 2040.** 2018. Nota técnica. Disponível <http://www.ipardes.pr.gov.br/pdf/nota_tecnica_populacao_projetada.pdf>

processo. A redução dos postos de trabalho no campo, decorrentes principalmente da dificuldade de obtenção de renda mínima para manutenção de um padrão de vida digno, leva à saída da população do campo e a busca de melhores condições de vida nos centros urbanos maiores, que concentram a oferta de postos de trabalho.

Essa tendência é particularmente preocupante para a região de Pitanga, considerando o perfil da estrutura agrária local em que se destaca o número de pequenas propriedades rurais e de presença do trabalho familiar no campo, que pode ser observado no mapa a seguir.



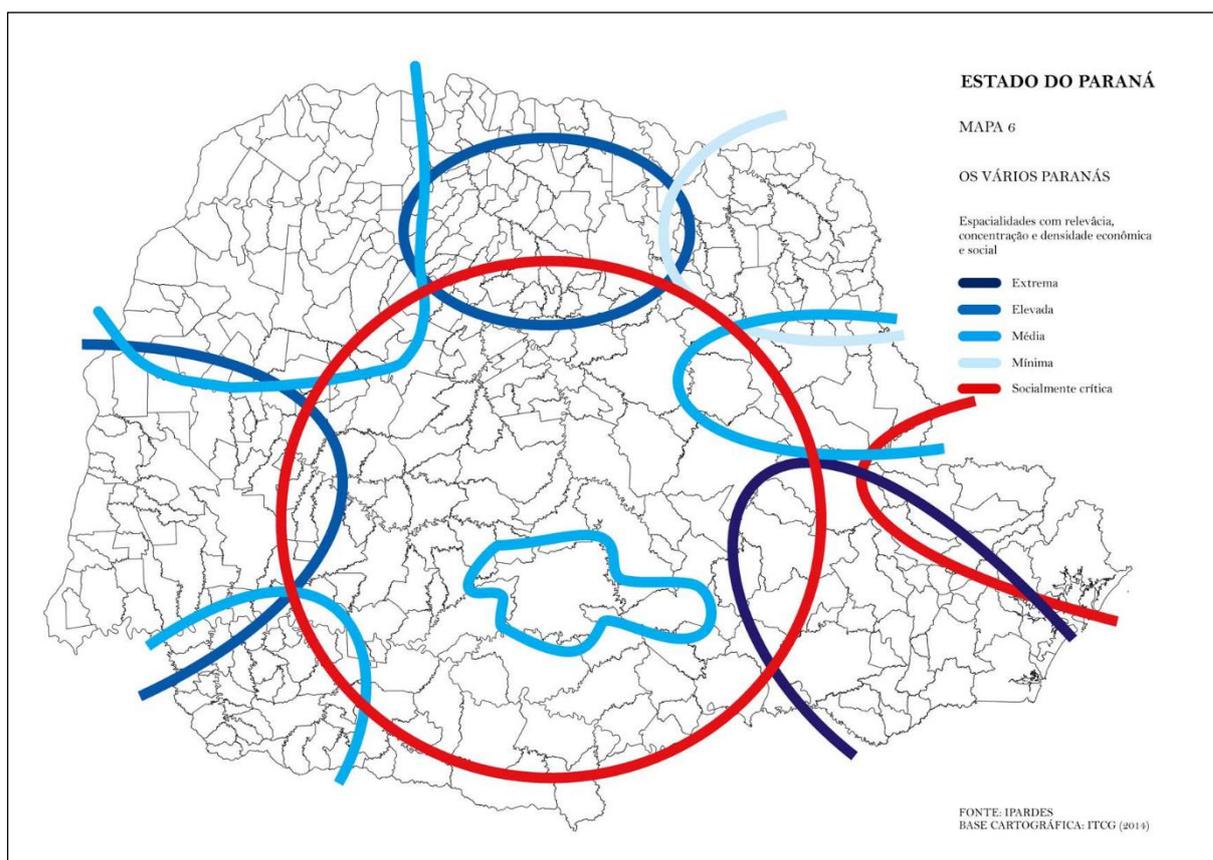
O contexto anteriormente exposto, bem como a análise mais aprofundada de diversos fatores sociais e econômicos resultaram em uma pesquisa⁴ desenvolvida pelo IPARDES que permitiu um mapeamento síntese estadual, que permite visualizar e classificar o contexto regional em que estamos

⁴ Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social: As espacialidades socioeconômico-institucionais no período 2003-2015 /Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. – Curitiba : IPARDES, 2017.

inseridos.

Como é possível observar no mapa síntese da pesquisa desenvolvida pelo IPARDES,

[...] as Espacialidades Socialmente Críticas – Porção Central e Vale do Ribeira – foram identificadas fundamentalmente por reunirem conjuntos de municípios com as situações sociais mais precárias do Estado. A análise das espacialidades econômicas relevantes demonstrou a existência de vários municípios esparsos no território em situações também deficientes e críticas do ponto de vista social. Entretanto, eles não chegam a conformar agrupamentos específicos no estudo social e estão atrelados, mesmo que em condições mais restritas ou menos favoráveis, a municípios com expressividade econômica em alguma(s) área(s). (IPARDES, 2017, p. 162)



O contexto simplificado da região, previamente exposto, permite a compreensão das estratégias institucionais que nos motivam. O Instituto Federal do Paraná não consiste apenas em mais uma instituição de ensino na região. Enquanto órgão público possui como responsabilidade social combater as

desigualdades sociais e colaborar para o desenvolvimento social e econômico da região.

Essa contextualização permite, ainda, compreender os desafios enfrentados pela instituição no desenvolvimento de sua missão. As desigualdades sociais, bem como as distâncias para deslocamento dos estudantes e mesmo a falta de perspectivas futuras dos jovens e da comunidade em geral, se tornam desestímulos ao ingresso e à permanência dos estudantes na instituição.

Esse quadro nos leva à adoção de estratégias de estímulo ao ingresso e à permanência. Entre elas é necessário destacar o plano de desenvolvimento da instituição, em que apresentamos as propostas de curso tendo em vistas estratégias consonantes com a superação dos problemas regionais já apresentados.

A proposta de abertura de cursos parte de ação planejada com vistas a atender a demanda dos estudantes, reconhecendo as vocações econômicas e as tradições culturais da comunidade. Se busca com isso encontrar alternativas de rendimento que deem à grande parte da população ainda residente no campo uma opção de permanência digna em suas propriedades, que criem expectativas de progresso aos jovens que mais cedo ou mais tarde não veriam outra alternativa senão deixar o campo, que contribuam com a geração de empreendimentos e empregos urbanos a partir do estímulo a uma agroindústria forte em âmbito regional a partir das características produtivas locais.

2.5. Caracterização dos cursos ofertados

Atualmente (2021) o IFPR - Campus Pitanga conta com cinco cursos regulares em funcionamento: em **nível de educação básica**, etapa de **ensino médio** contamos com o Curso Integrado em Cooperativismo; em **nível de educação superior** contamos com os seguintes cursos: Licenciatura em Química, Licenciatura em Pedagogia e Tecnologia em Agroindústria; e um curso de **pós-graduação** em Interdisciplinaridade e Docência na Educação Básica (lato sensu). Os cursos em funcionamento no campus fazem parte de um planejamento mais amplo, que inclui também a abertura de um curso Técnico

Integrado em Alimentos. Os cursos são ofertados nos seguintes níveis e modalidades:

Técnico em Cooperativismo

- Modalidade: Integrado
- Regime: Anual
- Duração: 4 anos
- Turno: Matutino

Licenciatura em Pedagogia

- Nível: Superior
- Regime: Semestral
- Duração: 4 anos
- Turno: Noturno

Licenciatura em Química

- Nível: Superior
- Regime: Semestral
- Duração: 4 anos
- Turno: Noturno

Tecnologia em Agroindústria

- Nível: Superior
- Regime: Semestral
- Duração: 3 anos
- Turno: Noturno

Especialização em Interdisciplinaridade e Docência na Educação Básica

- Nível: Superior
- Regime: Modular
- Duração: 18 meses
- Turno: Noturno

Estes cursos devem ser compreendidos no contexto da estrutura organizacional dos cursos oferecidos pelo campus. Cada um dos cursos ofertados e planejados na instituição foram cuidadosamente planejados tendo em vista suprir a demanda de formação técnico-profissional necessária ao fortalecimento do arranjo produtivo local em desenvolvimento, demandado em audiência pública pela comunidade, e a otimização dos recursos públicos, por meio do uso consorciado da estrutura física de salas de aula, laboratórios e equipamentos, além do uso otimizado do quadro de docentes, possibilitando uma ampliação no atendimento às necessidades local-regional por meio do uso mais racional dos recursos públicos disponíveis.

O quadro abaixo demonstra como os diferentes núcleos docentes (docentes do Tronco comum, da área de Gestão/Administração, da área de Química, da área de Pedagogia e da área de Alimentos) são distribuídos nos cursos ofertados pelo campus. Ressalta-se a preocupação em otimizar o quadro docente a partir do processo de verticalização dos eixos e formação. Os núcleos listados verticalmente no quadro abaixo explicitam como as áreas de concentração dos docentes já lotados no campus seriam mobilizados no atendimento do curso Técnico Integrado em Alimentos, minimizando ao máximo a necessidade de contratação de novos professores.

	Tronco comum⁵	Gestão/ Administração	Química	Pedagogia	Alimentos
Tec. Integrado Cooperativismo	X	X			
Tec. Integrado Alimentos⁶	X	X	X		X
Tec. Proeja-FIC Alimentos⁷		X	X		X
Lic. Pedagogia	X			X	
Lic. Química			X	X	X
Tecnólogo Agroindústria		X	X		X
Pós-Graduação	X			X	

O curso técnico em Alimentos, em fase de avaliação para

⁵ A área “Tronco comum” se refere ao conjunto das disciplinas previstas na base curricular comum do currículo dos cursos técnicos na modalidade do Ensino médio integrado.

⁶ Curso proposto em PAC - 2019

⁷ Curso proposto em PAC - 2019

implementação, se insere no itinerário formativo do IFPR - Campus Pitanga no fortalecimento da construção da base estrutural do projeto de verticalização no campus. Como se pode observar no quadro anterior, o curso Técnico Integrado em Alimentos partilha áreas disciplinares comuns com outros cursos técnicos e esses, por sua vez, partilham essas mesmas bases com os cursos superiores já em desenvolvimento no campus.

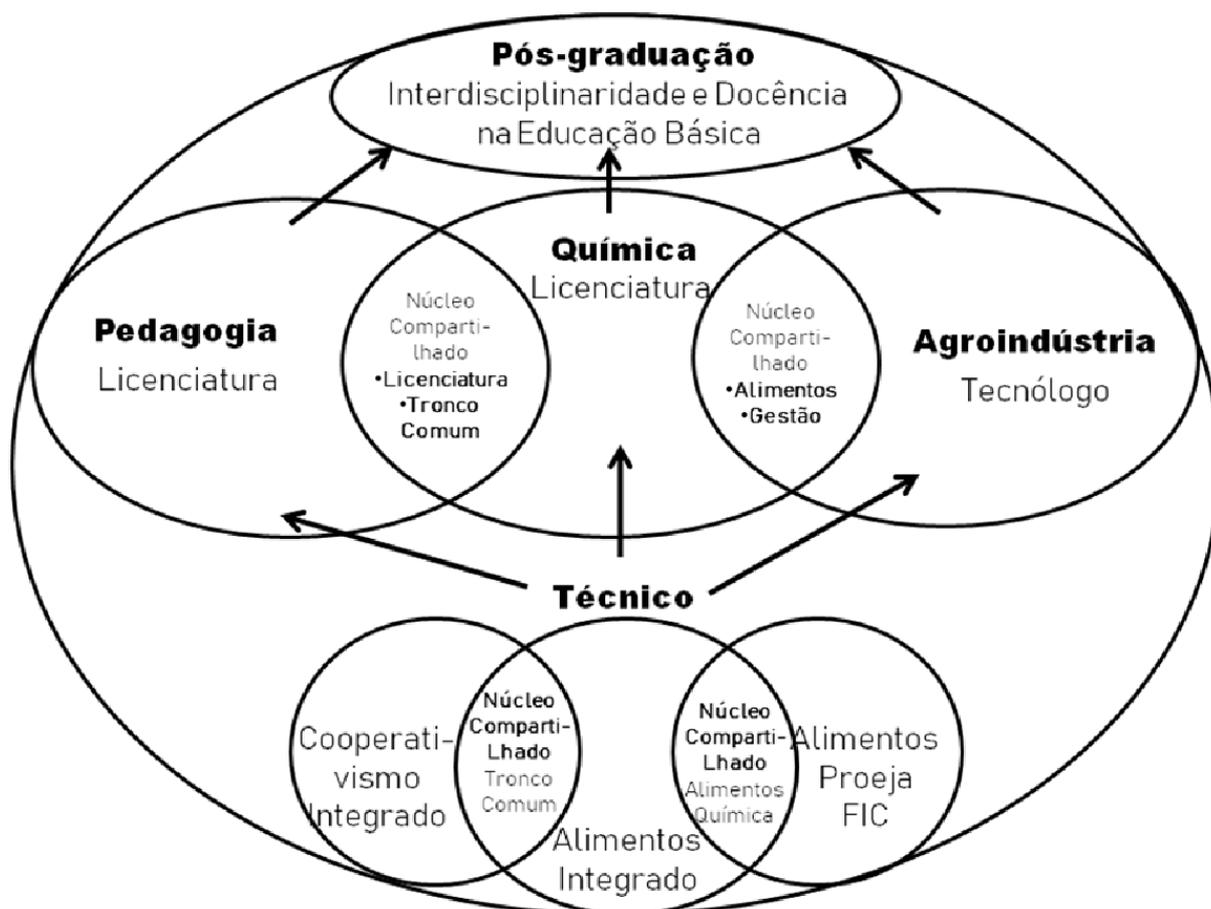
Na representação gráfica a seguir, podemos observar que o curso Técnico em Alimentos, juntamente com o curso Integrado em Cooperativismo, partilha a mesma base de formação comum e abrem a possibilidade de verticalização para os cursos superiores do campus, especialmente com os cursos de Tecnologia em Agroindústria e de Licenciatura em Química.

Os cursos Técnicos Integrados em Cooperativismo e Alimentos partilham o tronco comum de disciplinas (Geografia, História, Matemática, Filosofia...). O curso Técnico Integrado em Alimentos partilha da Base técnica com o Proeja FIC em Alimentos, também de nível médio que representa, potencialmente, uma demanda historicamente represada no contexto local.

No ensino Superior, o curso de Licenciatura em Química partilha uma base comum com a Licenciatura em Pedagogia e, por outro lado, uma base comum com o curso Tecnólogo em Agroindústria.

As disciplinas técnicas do curso de Cooperativismo, com ênfase em Gestão e Administração, verticalizam com o curso de Agroindústria, cuja ênfase abrange a área de gestão e administração. A área técnica do curso técnico Integrado em Alimentos e Proeja FIC verticalizam tanto com o curso de Agroindústria quanto de Química, por partilhar as mesmas bases técnicas. Os dois cursos integrados permitem uma verticalização com a Licenciatura em Pedagogia, estabelecida a partir das disciplinas do tronco comum.

A verticalização entre os cursos superiores e o curso de Pós-graduação é estabelecida principalmente a partir da licenciatura, com ênfase na interdisciplinaridade e à docência para a educação básica.



Atualmente, os cursos vigentes no IFPR - Campus Pitanga, contam com os seguintes quantitativos de estudantes:

Curso	Turma	Quantidade
Técnico em Cooperativismo	4ª série	34
	3ª série	27
	2ª série	26
	1ª série	39
Licenciatura em Pedagogia	4º Semestre	28
	2º Semestre	36

Licenciatura em Química	6º Semestre	20
	4º Semestre	32
	2º Semestre	30
Tecnologia em Agroindústria	4º Semestre	18
	2º Semestre	21
Pós-graduação em Interdisciplinaridade e Docência na Ed. Básica	Turma 3	25
TOTAL		336 ⁸

2.6. Acessibilidade

O Campus conta com o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE). O NAPNE tem por objetivo articular processos administrativos, além de mobilizar servidores docentes e técnicos para o atendimento e acolhimento de estudantes com necessidades específicas. O NAPNE tem correlação com a Coordenadoria Geral de Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas, o CONAPNE.

O objetivo das ações de Atendimento Educacional Especializado é garantir a acessibilidade a todos os estudantes aos conhecimentos escolares e às atividades realizadas no Campus. Para tanto, é necessária uma articulação de esforços contínua, assim como o acompanhamento de estudantes com necessidades específicas.

Atualmente, o Campus Pitanga conta com dois estudantes surdos regularmente matriculados no curso de Licenciatura em Pedagogia. Não há profissional Tradutor Intérprete de LIBRAS-Português (TILSP) lotado no Campus no momento. As demandas destes estudantes estão sendo atendidas

⁸ Devido à excepcionalidade do período de pandemia da Covid-19, há no momento um número incomum de estudantes com matrículas trancadas nos cursos superiores. O número atual é de 28 estudantes no curso de Tecnologia em Agroindústria, 12 estudantes no curso de Licenciatura em Química e 5 estudantes no curso de Licenciatura em Pedagogia, totalizando 45 trancamentos.

remotamente por meio da Rede de Intérpretes do IFPR. Há uma comissão de flexibilização curricular instituída e os percursos formativos destes estudantes têm sido adaptados de acordo com as necessidades dos mesmos.

Do ponto de vista arquitetônico, o prédio Administrativo do Campus conta com elevador para pessoas cadeirantes ou com mobilidade reduzida, além de trechos de piso tátil para pessoas com deficiência visual. Entretanto, não se garantem as condições plenas de acessibilidade, necessitando-se de melhorias a serem feitas na acessibilidade física. Materiais e equipamentos voltados à acessibilidade estão listados abaixo, em tópico específico sobre o NAPNE.

2.7. Condições de Mobilidade

O Campus Pitanga localiza-se na Vila Planalto, bairro localizado na região periférica da cidade. O Campus é relativamente afastado do centro da cidade e de outros bairros, o que faz com que grande parte dos estudantes dependam de transporte público coletivo para chegar ao Campus.

O município de Pitanga conta com transporte público coletivo gratuito, e os estudantes do período matutino, do Ensino Médio Técnico contam com transporte escolar. A necessidade de transporte para chegar ao Campus faz com que as atividades do mesmo sejam umbilicalmente ligadas às condições destes meios.

Além disso, o Campus Pitanga conta com estudantes de municípios vizinhos, sobretudo nos cursos noturnos de graduação e pós-graduação. São municípios como Palmital, Santa Maria do Oeste, Mato Rico, Nova Tebas, Manoel Ribas, dentre outros. Dessa forma, há também a variante das condições de transporte de municípios vizinhos a impactar o acesso de nossos estudantes ao Campus.

2.8. Condições de Alimentação

Atualmente o Campus Pitanga não possui cantina ou refeitório para uso dos estudantes e servidores. Não há, nas imediações do Campus, muitas opções de locais para aquisição de refeições e/ou lanches.

Os estudantes e servidores contam com um espaço de convivência, que

conta com geladeira, fogão e microondas para guardar, preparar e aquecer alimentos. O espaço conta com mesas e cadeiras para uso coletivo, e é o meio pelo qual estudantes trazem seus alimentos e os consomem no Campus.

Considera-se que seria interessante e necessário haver um local com estrutura mais apropriada, assim como uma cantina para comercialização de alimentos no Campus. Há preparação e tratativas em andamento para nova licitação de instalação de cantina no Campus, visto o encerramento do contrato com a empresa que anteriormente oferecia tal serviço.

2.9. Extensão, Pesquisa, Inovação e publicações

Docentes, técnicos-administrativos e estudantes do IFPR - Campus Pitanga mantêm um constante trabalho em projetos de pesquisa, extensão e inovação. Eventualmente, os projetos desenvolvidos no Campus geram publicações em eventos e periódicos científicos, envolvendo estudantes e servidores. Nos anos de 2019 e 2020, como exemplo, tivemos a seguinte produção de projetos, envolvimento de estudantes e publicações no Campus:

Indicador	2019	2020
Projetos de extensão registrados no Cope	9	9
Ações de Extensão	2	0
Prestação de Serviços	0	1
Publicações relacionadas à extensão	0	1
Estudantes envolvidos com ações de extensão	5	91
Ações de Extensão aprovados em Programas Internos	0	4
Ações de Extensão aprovados em Programas Externos	1	0

Projetos de pesquisa registrados no Cope	21	27
Estudantes envolvidos com pesquisa	53	13
Grupos de Pesquisa	2	2
Publicações com Qualis	***	14
Publicações sem Qualis	***	9
Projetos de pesquisa apresentados em eventos nacionais	***	1
Projetos de pesquisa apresentados em eventos internacionais	***	1
Projetos de Pesquisa aprovados em Programas Internos	***	15
Projetos de Inovação aprovados em Programas Internos	1	2
Número de Artigos/Projetos/Protótipos apresentados em eventos de inovação	1	1

2.10. Laboratórios

Atualmente o IFPR - Campus Pitanga conta com um Bloco de Laboratórios de 561,27 m², em que se encontram os laboratórios de Química Orgânica, Química Inorgânica, Carnes e Derivados, Frutas e Hortaliças e Leites e Derivados. Por ser uma construção recente, este bloco de laboratórios está sendo estruturado, mas já conta com amplas bancadas, vidrarias diversas, reagentes químicos, meios de cultura, equipamentos como espectrofotômetro, microscópios biológicos, pHmetro digital e de bancada, câmaras incubadoras, capelas para exaustão de gases, centrífuga de bancada e para butirômetro, estufas de secagem, forno mufla, destilador de água, contador de colônias, banho-maria digital, refratômetro, balanças analíticas, balanças de precisão, refrigeradores, batedeira planetária, cilindro laminador semi-industrial, centrífuga para extração de mel, divisora de massa, ensacadeira para encher linguiça, envasadora de líquidos e óleos, forno e fogões industriais.

No Galpão estão abrigados os Laboratórios de Artes, de Robótica e de Música, que contam com mais de 10 mesas para desenho com régua paralela, caixas de som, caixas amplificadas, mesa de som e microfones, ukuleles, violas caipiras, flautas, cajons, chocalhos, teclado, contrabaixo, kit para laboratório de robótica, kit para micro solda, legos mindstorms e peças complementares para kit de robótica, respectivamente.

No Bloco Administrativo, há o Laboratório de Informática equipado com mais de 20 computadores. No futuro, quando da entrega do Bloco Didático, hoje em construção, haverá mais 3 laboratórios: um de Pedagogia e dois de Ciências (Química, Física, Biologia), além da transferência do Laboratório de Informática para o novo bloco.

2.11. Descrição dos Setores

Direção Geral

A Direção-Geral é o órgão executivo responsável pela gestão do Campus quanto aos aspectos técnico-pedagógicos, administrativo, orçamentário, patrimonial, disciplinar e de gestão de pessoas, bem como de articulação com a comunidade escolar e do entorno, com as empresas e com os poderes públicos locais. (Resolução nº 08, de 30 de abril de 2014, artigo 29)

Seção de Gabinete da Direção Geral

Responsável pela execução das atividades de suporte administrativo do Gabinete da Diretoria-Geral. (Manual de Competências do IFPR, 2020).

Seção de Gestão de Pessoas

A Seção de Gestão de Pessoas - SEGEPE, constitui-se num canal de diálogo, escuta e trocas de experiências entre os participantes com a PROGEPE, onde deve ser estimulada a cooperação, a melhoria dos processos de gestão de pessoas e a integração entre os participantes com o objetivo de promover a efetiva desconcentração das atividades de gestão de pessoas com agilidade e aprimoramento dos processos de trabalho (Manual de Competências do IFPR, 2020).

Direção de Administração e Planejamento

Responsável pela coordenação, orientação e execução das atividades relacionadas ao planejamento, compras, contratos, logística, patrimônio,

manutenção, contabilidade, orçamento e finanças do Campus, de acordo com as diretrizes do IFPR, estabelecidas pelas Pró-Reitorias (Manual de Competências do IFPR, 2020).

Seção de Compras e Contratos

Setor responsável pela organização e execução dos processos referentes à aquisição, manutenção e controle de bens e serviços necessários ao funcionamento do Campus. (Manual de Competências do IFPR, 2020).

Seção Contábil e de Patrimônio

Realizar atividades inerentes à contabilidade orçamentária, financeira e patrimonial (Manual de Competências do IFPR, 2020).

Tecnologia da Informação

Auxiliar nas ações relativas à Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) no Campus (Manual de Competências do IFPR, 2020).

Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão

A Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão é responsável pelo planejamento, desenvolvimento, controle e avaliação na execução das políticas de ensino, pesquisa e extensão no Campus (Manual de Competências do IFPR, 2020).

Seção de Secretaria Acadêmica

Responsável pelos processos de Controle e Registro das atividades curriculares e acadêmicas desenvolvidas pelos discentes dos Cursos de Educação Básica, Superior e Profissional e Tecnológica do IFPR, em consonância com a legislação, as políticas de ensino e normativas internas (Manual de Competências do IFPR, 2020).

Seção de Biblioteca

Situada no Bloco Administrativo do Campus Pitanga, a Biblioteca tem a dimensão de 641,54 m², planejada de modo a abrigar 3 salas individuais de estudo. Este recinto conta com espaço destinado ao atendimento, com 08 computadores para consulta e pesquisa acadêmica e 18 mesas redondas de estudo em grupo. Quanto ao atendimento aos usuários, ele é realizado, das 07h30 às 21h00, de segunda a sexta-feira, por uma bibliotecária. Os serviços oferecidos são:

- Tratamento técnico, armazenamento, preservação, disseminação e disponibilização de produtos e serviços de informação para a comunidade

acadêmica;

- O serviço ofertado é de empréstimo e devolução de obras do acervo, agendamento e reserva de materiais, reuniões com fins de formação para a comunidade acadêmica, atuação em função de promover e incentivar a leitura, preparação de fichas catalográficas, orientações de acesso presencial e online ao acervo, por meio do Sistema Integrado de Bibliotecas – Pergamum. O acervo está dessa forma distribuído:

TIPO OBRA	TÍTULOS	EXEMPLARES
Livros	23.895	18.3322
Folhetos	38	78
Catálogos	0	0
Pen Drive	0	0
Dissertações	18	18
TCC	1	1
Teses	8	8
Especialização	10	10
Gravação de Som	21	23
CD-ROM	5	5
Periódicos	24	55
Apostila	0	0
DVD	3	3

Mapas	0	8
Gravação de Vídeo	1	1
Ebook	0	0
TOTAL	24.024	18.3532

Fonte: Relatório 18 Pergamum - Biblioteca Campus Pitanga

Seção Pedagógica e de Assuntos Estudantis

Auxiliar os docentes e alunos nas ações referentes ao processo de ensino-aprendizagem articulado com a assistência estudantil. (Manual de Competências do IFPR, 2020).

Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas – NAPNE

Assessoramento e proposição de apoio técnico-científico a políticas e ações de inclusão em cada Campus (Resolução nº08 de 30 de abril de 2014; Manual de Competências do IFPR, 2020).

Seção de Inovação e Empreendedorismo

Planejar, orientar, coordenar e avaliar as atividades de inovação e empreendedorismo (Manual de Competências do IFPR, 2020).

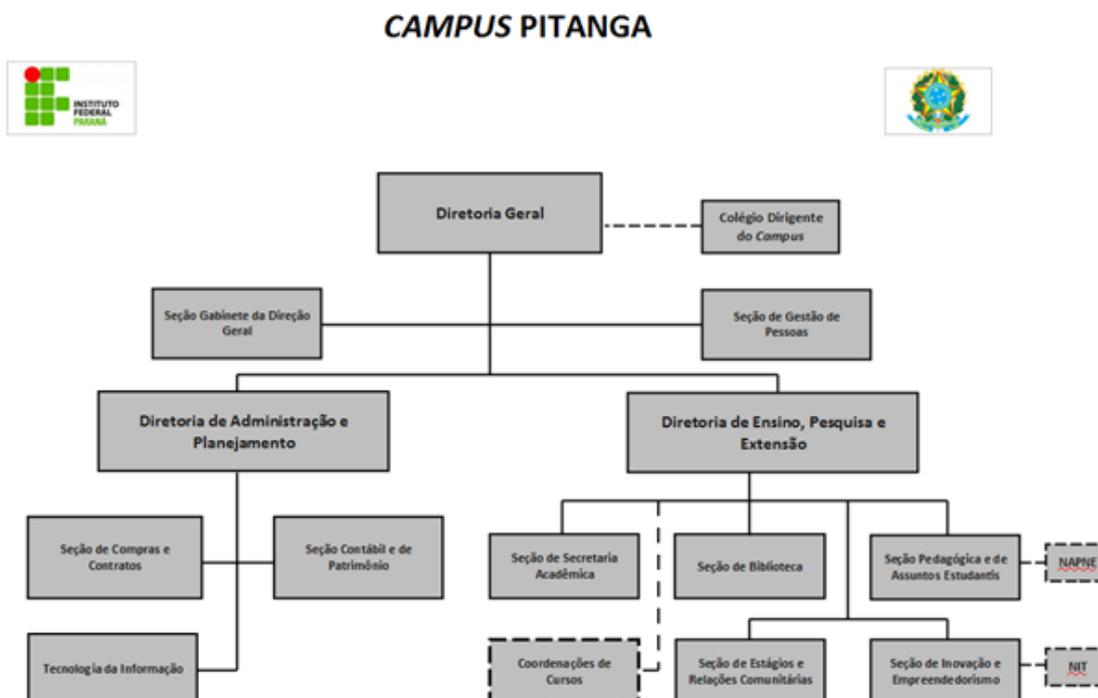
Seção de Estágios e Relações Comunitárias

Responsável pela articulação, organização e execução de ações relacionadas à oferta de estágios e outras atividades necessárias ao desenvolvimento da prática profissional dos estudantes do Campus (Manual de Competências do IFPR, 2020).

Coordenações de Cursos

Responsável pela parte acadêmica e administrativa do curso [...]. A ela compete o acompanhamento da vida acadêmica do aluno do IFPR, desde a entrada no curso pretendido até o seu término. Também é responsável por responder pelo curso no âmbito do Campus, assim como contribuir para a organização curricular do Campus (Manual de Competências do IFPR, 2020).

2.12. Organograma



2.13. Quadro de Técnicos Administrativos

Nome	Cargo/Função	Formação	Carga Horária
Ana Carla Luiz Kettel	Assistente em Administração	Bacharelado em Administração Pública. Licenciatura em Educação Física. Especialização em Gestão Pública. Especialização em Psicopedagogia Institucional. Especialização em Treinamento Esportivo Escolar.	40h
Anauzira Silveira de Rezende Kurita	Bibliotecária	Bacharelado em Biblioteconomia e	40h

		Documentação Bacharelado em Gestão da Informação MBA em gestão estratégica	
Daniel Hachiya de Oliveira	Técnico de Laboratório - Química	Bacharelado em Química Especialização em Educação Ambiental	40h
Daniele de Oliveira	Assistente em Administração/ Chefe da Seção Compras e Contratos	Bacharelado em Administração Especialização em Gestão Pública	40h
Douglas Alexandre Fernandes	Psicólogo	Graduação em psicologia com habilitação em bacharelado e formação de psicólogo Especialização em saúde mental e atendimento psicológico Mestrado em Psicologia.	40h
Eliziane Haynosz	Assistente em Administração/ Chefe da Seção Contábil e de Patrimônio	Bacharelado em Gestão de Micro e Pequenas Empresas Especialização em Gestão Escolar MBA em Gestão de Pessoas	40h
Jeovane Pichuski	Assistente de Alunos	Bacharelado em Administração Especialização em Gestão Pública	40h

Jéssica de Almeida Moreira Getão	Assistente Social/ Chefe da SEPAE	Bacharelado em Serviço Social Especialização em Distúrbios de Aprendizagem	40h
Lurdes Antunes	Auxiliar em Administração	Bacharelado em Administração Especialização em Gestão Pública	40h
Marcelo Mazzetto	Assistente em Administração/ Diretor de Planejamento e Administração	Bacharelado em Publicidade e Propaganda Especialização em Gestão Estratégica de Marketing	40h
Marta Rodrigues de Souza	Técnica em Assuntos Educaçãoais	Licenciatura em Pedagogia Licenciatura em Letras/Libras Especialização em Educação Especial e Educação Inclusiva Especialização em Libras Especialização em Atendimento Educaçãoal Especializado	40h
Rovilson Endrigo Moraes	Técnico em Tecnologia da Informação	Bacharelado em Sistemas De Informação Especialização em Administração De Banco De Dados - Oracle Especialização em Engenharia De Software	40h

		Especialização em Docência Do Ensino Superior	
Sidiney Batista de Lara	Técnico em Contabilidade	Bacharelado em Ciências Contábeis Especialização em Administração Pública Municipal	40h
Silmara Koliski	Assistente em Administração/ Chefe da SEGEPE	Bacharelado em Administração Especialização em Administração de Marketing com Ênfase em Negócios Comerciais	40h
Susimari Carreira Ribeiro dos Santos	Assistente em Administração	Bacharelado em Serviço Social, Especialização em Serviço Social e Gestão do SUAS	40h
Thiago Henrique Bellé	Técnico de Laboratório Alimentos	Bacharelado em Medicina Veterinária Especialização em Inspeção de Produtos de Origem Animal Mestrado em Microbiologia	40h
Wellington H Machado de Lima	Auxiliar em Administração/ Chefe da SECAC	Tecnólogo em Gestão Pública Tecnólogo em Comércio Exterior Especialização em Tecnologia da Informação Aplicada na Educação Especialização em Gestão Escolar	40h

2.14. Quadro de Docentes

Docente	Formação	Regime de Trabalho
Aline Fabiane Barbieri	Licenciatura em Educação Física Mestrado em Educação Doutorado em Educação	40h/DE
Angélica de Sousa Hrysyk	Licenciatura e bacharelado em Química Mestrado em Química Aplicada Doutorado em Química Inorgânica	40h/DE
Arthur Rovida de Oliveira	Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais Mestrado em Antropologia Social	40h/DE
Cassiana Kissel	Tecnologia de Alimentos Especialização em Metodologia do ensino de química Mestrado em Ciência dos Alimentos Doutorado em Ciência dos Alimentos	40h/DE
Celso Fernando Claro de Oliveira	Licenciatura em História Bacharelado em Comunicação Social - Jornalismo Mestrado em História Doutorado em História	40h/DE
Clayton Pereira de Sá	Bacharelado em Administração Mestrado em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação	40h/DE
Daniel Rotella Cocco	Licenciatura em Química Mestrado em Físico-Química	40h/DE
Douglas Fernando Copatti	Licenciatura em Matemática Mestrado em Matemática	40h/DE
Felipe Augusto Fernandes Borges	Licenciatura em Pedagogia Mestrado em Educação Doutorado em História	40h/DE

Fernando Ruy	Licenciatura em Ciências Biológicas Mestrado em Ciências Médicas Doutorado em Ciências Médicas	40h/DE
Gustavo Leoni Bordin	Licenciatura em Filosofia Mestrado em Filosofia	40h/DE
José Hugo Leite Junior	Licenciatura em História Bacharelado em Engenharia de Produção Especialização em Ensino da História do Paraná Especialização em Engenharia e Segurança do Trabalho Mestrado em Engenharia de Produção (cursando)	40h/DE
Josias Reis Lima	Licenciatura em Matemática Especialização em Didática da Educação Básica	40h/DE
Jovane Santana Silva	Bacharelado em Farmácia-Bioquímica Licenciatura em Química Especialização e Mestrado em Agroquímica Doutorado em Química (cursando)	40h/DE
Juliana Bicalho de Carvalho Barrios	Licenciatura em Pedagogia Mestrado em Educação Doutorado em Educação (cursando)	40h/DE
Leandro Delgado de Souza	Bacharel em Ciência da Computação Especialização em Gestão de Projetos Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica	40h/DE
Leila Cleuri Pryjma	Licenciatura em Letras Licenciatura em Pedagogia Especialização em Gestão Escolar Especialização em Neurociências Especialização em Psiquiatria e Saúde Mental Especialização em Coaching	40h/DE

	Educacional Especialização em Terapia da Constelação Familiar Sistêmica Especialização em Psicologia do Desenvolvimento Especialização em Psicanálise Mestrado em Educação Doutorado em Educação	
Luciano Rudnik	Licenciatura em Matemática Mestrado em Educação Doutorado em Educação Matemática (cursando)	40h/DE
Maicon Rogério de Souza	Licenciatura em Física Mestrado em Ciência e Engenharia de Materiais	40h/DE
Márcio Gonçalves dos Santos	Bacharel em Administração Mestrado em Agronegócio Doutorado em Engenharia de Produção	40h/DE
Marcio Miguel de Aguiar	Licenciatura em Geografia Especialização em Ensino de Geografia Mestrado em Geografia Doutorado em Geografia	40h/DE
Maria Sandreana Salvador da Silva Lizzi	Licenciatura em História Licenciatura em Pedagogia Mestrado em Educação Doutorado em Educação	40h/DE
Paula Maria Lucietto Dylbas dos Santos	Licenciatura em Letras Português / Espanhol Especialização em Neuropsicologia e Educação Especialização em Ensino de Línguas e Literatura Mestrado em Letras Doutorado em Letras (cursando)	20h

Tania Regina Rossetto	Licenciatura em Educação Artística - Habilitação em Artes Plásticas Especialização em Psicopedagogia Especialização em Educação de Jovens e Adultos Especialização em Metodologia do Ensino de Artes Mestrado em Educação Doutorado em educação	40h/DE
Wesley Renzi	Bacharelado e Licenciatura em Física Especialização em Educação a Distância Mestrado em Física Doutorado em Física	40h/DE

2.15. Quadro de Funcionários Terceirizados

NOME	FUNÇÃO	CARGA HORÁRIA
Adalto Janiski	Vigilante	41 horas
Fernando Gonçalves	Vigilante	41 horas
Gilson Vujanski de Lima	Vigilante	41 horas
Luiz Patrick de Campos	Operador de máquina costal	40 horas
Marcos Chafon	Vigilante	41 horas
Terezinha Rosa de Lima	Servente/Copeira	44 horas

3. PRESSUPOSTOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS DO CAMPUS

3.1. Missão, visão, valores e finalidades

A missão do IFPR – Campus Pitanga fundamenta-se no que consta no Plano de Desenvolvimento Institucional IFPR 2019-2023. O texto do PDI traz a seguinte redação:

Missão do IFPR: Promover a educação profissional, científica e tecnológica, pública, gratuita e de excelência, por meio do ensino, pesquisa e extensão, visando à formação integral de cidadãos críticos, empreendedores, comprometidos com a sustentabilidade e com o desenvolvimento local e regional. (IFPR, 2018, p. 23)

Na mesma direção, o documento traz os valores institucionais do IFPR, descritos da seguinte maneira: “Visão do IFPR: Tornar-se instituição de referência em educação profissional, científica e tecnológica no Brasil comprometida com o desenvolvimento social” (IFPR, 2018, p. 23). Na sequência da Missão e da Visão, o PDI indica ainda os valores do IFPR, quais sejam:

Valores do IFPR

- Sustentabilidade
- Educação de Qualidade e Excelência
- Ética
- Inclusão Social
- Inovação
- Empreendedorismo
- Respeito às Características Regionais
- Visão Sistêmica
- Democracia
- Transparência
- Efetividade
- Qualidade de Vida
- Diversidade Humana e Cultural
- Valorização das Pessoas (IFPR, 2018, p. 23)

A missão, a visão e os valores da instituição são compartilhadas por suas diversas unidades no estado, considerada a característica *multicampi* do IFPR. Sendo assim, o IFPR – Campus Pitanga assume como seus esses pressupostos, pretendendo ser em Pitanga e região uma instituição de referência em educação profissional, científica e tecnológica, levando às

diversas camadas da população a possibilidade de acesso à educação pública de qualidade, pautada nos valores institucionais supracitados e tendo em vista, sempre, o desenvolvimento social regional.

Todas estas questões anteriormente apresentadas nos levam, também, às finalidades do IFPR – Campus Pitanga. Cabe lembrar que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná tem suas atividades regidas pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 (BRASIL, 2008) que, em seu Artigo 6º, traz as finalidades e características dos Institutos Federais:

Art. 6º Os Institutos Federais têm por finalidades e características:

I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

Dessa forma, entendemos que há uma convergência entre a missão, a visão e as finalidades do IFPR, as quais orientam a prática pedagógica, os planejamentos, a gestão e todas as demais atividades institucionais.

3.2. Gestão Democrática

Um dos princípios básicos fundamentais em que se assenta a educação pública no Brasil, consagrado já desde a Constituição de 1988 é o princípio de Gestão Democrática. O texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a LDB 9394/96 (BRASIL, 1996), em seu Artigo 14, assim estabelece tal princípio:

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:
I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Tal determinação é ainda reiterada no atual Plano Nacional de Educação – PNE, que em seu Artigo 2º, inciso VI, determina como uma das diretrizes do documento a “promoção do princípio da gestão democrática da educação pública” (BRASIL, 2014).

O IFPR – Campus Pitanga, por meio de seus órgãos colegiados (tais como Colegiados de Curso, Colegiado de Gestão Pedagógica do Campus — CGPC, Colégio Dirigente do Campus — CODIC, Grêmios Estudantis) assegura à comunidade interna e externa a participação nos processos decisórios da instituição, valorizando e fazendo prevalecer o princípio democrático da Gestão Escolar, consagrado na legislação em vigor.

Nesse processo de Gestão democrática deve prevalecer o entendimento de que a coletividade dos atores sociais envolvidos no processo educacional precisa ser ouvida e, mais que isso, precisa participar dos rumos da instituição. Deve haver o fortalecimento dos órgãos deliberativos e consultivos, com ampla participação dos servidores, estudantes e da comunidade escolar na elaboração das propostas do Campus, sejam elas pedagógicas, financeiras ou

organizacionais. O princípio da Gestão Democrática deve estar presente e direcionar toda a ação do IFPR – Campus Pitanga.

3.3. Sociedade, Trabalho e Educação

É preciso também abordar e esclarecer aqui os pressupostos teóricos em que nos fundamentamos quando pensamos a educação, o trabalho e a própria natureza humana. Tais concepções são importantes pois elas evidenciam, diretamente, que tipo de educação, que tipo de ser humano, que tipo de formação almejamos frente a este Projeto Político Pedagógico.

Entende-se que a sociedade capitalista se trata de um modo de organização social dividido em classes sociais. De forma geral, ele é formado pela classe trabalhadora, formada por agentes que não tem outro bem senão a sua força de trabalho para garantir a sua sobrevivência e a classe dominante, constituída pelos donos dos meios de produção, que sobrevive da exploração do trabalho alheio. Dessa forma, portanto, compreende-se que a sociedade capitalista é estruturalmente desigual e essa desigualdade se reflete em todos os campos sociais, como no campo da educação (LESSA; TONET, 2011).

A educação é concebida enquanto um complexo social advindo da categoria trabalho (que é entendido como protoforma do ser social). Diferentemente dos animais, que já carregam em sua carga genética as informações necessárias à garantia de sua sobrevivência, o ser humano precisa se apropriar da cultura humana para se tornar humano. Ao contrário dos outros animais, que, para sobreviver, se adaptam à natureza, o ser humano necessita adaptar o meio a si, ou seja, por meio do trabalho sobre a natureza que o circunda é que o ser humano produz de forma contínua a própria existência (SAVIANI, 2013). Ou seja, a sobrevivência do ser humano, seu desenvolvimento enquanto ser, sua vida e suas relações são produzidas por meio do trabalho:

E o trabalho instaura-se a partir do momento em que seu agente antecipa mentalmente a finalidade da ação. Consequentemente, o trabalho não é qualquer tipo de atividade, mas uma ação adequada a finalidades. É, pois, uma ação intencional. (SAVIANI, 2013, p. 11)

É nesse sentido que a Educação, para Saviani (2013), é compreendida como pertencente, ela também, à categoria de trabalho: mais especificamente ao que o autor denomina como “trabalho não material”. Destaca-se que, para produzir sua vida material, o ser humano primeiro precisa antecipar mentalmente os objetos, produzi-los intelectualmente, para que depois sejam esses objetos trazidos à existência material. A Educação, para este autor, está inserida nesse contexto do trabalho “não material”:

Tais aspectos [...] abrem a perspectiva de uma outra categoria de produção que pode ser traduzida pela rubrica “trabalho não material”. Trata-se aqui da produção de ideias, conceitos, valores, símbolos, hábitos, atitudes, habilidades. Numa palavra, trata-se da produção do saber, seja do saber sobre a natureza, seja do saber sobre a cultura, isto é, o conjunto da produção humana. Obviamente, a educação situa-se nessa categoria do trabalho não material. (SAVIANI, 2013, p. 12)

Educação e trabalho, nessa perspectiva, são conceitos indissociáveis, considerando-se a educação como um trabalho imaterial que permite ao ser humano produzir, em si e nos outros, a humanidade historicamente produzida pelo conjunto dos homens. Isso significa dizer que o tornar-se humano depende da relação que o indivíduo estabelece com outros indivíduos humanos. A esse processo de transmissão da cultura humana e humanização dos indivíduos dá-se o nome de educação, em sentido abstrato.

Quando se analisa a educação imbuída nas relações sociais do tipo capitalista, percebe-se que nem os seres humanos têm acesso à cultura humana da mesma forma. O processo educativo mais elaborado depende da classe social em que os sujeitos estão inseridos, de forma que as classes mais favorecidas socialmente têm mais chances de acessarem os códigos mais sofisticados da cultura humana (MACENO, 2005).

Ao reconhecer essas desigualdades sociais que repercutem no campo da educação e ao identificar que educação e a política são complexos sociais intimamente imbricados e indissociáveis, o IFPR - Campus Pitanga se localiza como um agente que busca disseminar a educação mais elaborada para todas as classes sociais, e, em especial, para as menos privilegiadas socialmente. O

IFPR - Campus Pitanga busca romper ou enfraquecer o sistema de reprodução de desigualdades posto e naturalizado na sociedade capitalista, oferecendo educação de qualidade social às classes que mais precisam.

3.4. Ensino-aprendizagem, currículo e avaliação

Os Institutos Federais regem-se por uma orientação pedagógica assentada numa perspectiva não-enciclopédica, priorizando a formação de profissionais com conhecimentos abrangentes e flexíveis, capazes de compreender analiticamente o mundo do trabalho e suas nuances (PACHECO, 2011).

Dessa forma, entendemos que tal perspectiva deve encontrar suporte também em nossa prática pedagógica, bem como em nossa concepção de currículo. Nesse sentido, os conteúdos e o conhecimento devem ser compreendidos sob suas características históricas, entendidos como elementos mutáveis e dinâmicos, processos em construção, jamais estáticos ou imutáveis. Sob este aspecto, lemos em Gasparin que “[...] de forma contextualizada em todas as áreas do conhecimento humano [...] os conteúdos são sempre uma produção histórica de como os homens produzem sua vida nas relações sociais de trabalho em cada modo de produção” (2009, p. 02). Considerado dessa forma, o conteúdo torna-se expressão de uma dada realidade, não algo pronto ou determinado por fatores desconexos e fragmentados.

A aprendizagem, por sua vez, é, ela também, um processo, um percurso, em que conteúdos e conhecimentos adquiridos tornam-se pontos de partida para problematizações da realidade, ensejando o desenvolvimento de outros novos conhecimentos, numa espiral ascendente. As práticas pedagógicas empreendidas no processo de ensino aprendizagem no IFPR, assim, mesclam atividades teóricas a atividades práticas, contextualizadas à realidade do mundo do trabalho. O processo de ensino aprendizagem, sob esta visão, ultrapassa os limites da sala de aula, tornando-se um elemento próximo da realidade, da prática cotidiana do sujeito aprendente.

Ainda recorrendo a Gasparin (2009), compreendemos que os conteúdos escolares não são elementos restritos à escola, ou mesmo produzidos apenas

em seu interior. Os conteúdos escolares são externos, estão na realidade objetiva dos homens, fora, por assim dizer, dos muros da escola. No ambiente escolar esses conteúdos, vindos de necessidades e questões que são externas à escola, são cientificamente elaborados, pensados, problematizados, envolvem-se nos processos de ensino-aprendizagem e, posteriormente, retornam à sociedade, em forma de prática social. Assim, entendemos que a transformação das realidades amplas e locais se dá pela prática: não uma prática vazia, mas uma prática pensada, imbuída de teoria, que denomina-se práxis. Pela práxis o sujeito é levado a refletir sua realidade, com seus problemas e suas contradições, buscando respostas em questões teóricas e metodológicas e, depois, retornando à própria realidade a fim de transformá-la por meio da prática modificada. Esse tipo de aprendizagem, com reflexos na vida social e na realidade do indivíduo, é o que se busca por meio das concepções expressas neste Projeto Político Pedagógico.

Considerada nossa compreensão do processo de ensino-aprendizagem fica evidente a forma como entendemos o currículo escolar. Para que todo o supracitado se torne em realidade educacional, o currículo, ele também, não pode ser considerado como um elemento dado, estático e imutável da escola. Currículo é construção, é histórico, é mutável, é articulação. Nas palavras de Silva (2010), podemos afirmar que o currículo é um “documento de identidade”. Segundo o mesmo autor, na concepção e elaboração de um currículo estão envolvidas questões referentes ao saber, ao poder e a formação de identidades. Muito mais que uma simples listagem de conteúdos, o currículo se mostra como um documento que direciona a prática pedagógica, das expectativas de seus elaboradores para professores e educandos e precisa ser, portanto, “desmistificado” e “desnaturalizado”. O currículo constitui-se como um documento de intencionalidades, como um percurso a ser percorrido, um caminho pelo qual se supõe ser mais viável a aprendizagem dos sujeitos.

Desse modo, nossa organização curricular, nos diversos e diferentes cursos ofertados no IFPR, deve ser pensada levando em conta as realidades locais, os percursos formativos desejados ao educando, a articulação entre

teoria e prática, a ligação inerente com o mundo do trabalho e o desenvolvimento integral dos indivíduos, sob uma perspectiva emancipatória.

A tudo isso deve somar-se nossos conceitos e práticas de avaliação da aprendizagem. Sabe-se que a avaliação da aprendizagem é um componente indispensável no processo de ensino-aprendizagem. Por meio dela, docentes e discentes podem compreender seu desenvolvimento dentro do processo, os campos de êxito e de dificuldades, os conteúdos plenamente desenvolvidos e aqueles que ainda necessitam de trabalho. Além disso, por meio dos processos de avaliação tanto docentes quanto discentes têm a oportunidade de rever suas práticas, modificar, repensar e transformar as maneiras como aprendem e/ou ensinam.

A avaliação da aprendizagem é regulada no IFPR pela Resolução CONSUP/IFPR nº 50 de 14 de julho de 2017 (IFPR, 2017) que estabelece as normas de avaliação do processo de ensino e aprendizagem dos cursos do IFPR. Nessa resolução, fruto de debates e discussões envolvendo a comunidade acadêmica, a avaliação assume formas de processo diagnóstico, formativo e somativo.

Conforme os artigos 4º e 6º da Resolução CONSUP/IFPR nº 50/2017 (IFPR, 2017), a avaliação como parte do processo de ensino-aprendizagem deverá ser contínua e cumulativa, com predominância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, prevalecendo o desenvolvimento do estudante ao longo do período letivo sobre os de eventuais provas finais, e deverá considerar que:

- I – quem, para quê e por que se avalia, o quê e como se avalia o processo de ensino-aprendizagem;
- II – o envolvimento da instituição, dos gestores, dos docentes, dos técnicos administrativos em educação, dos estudantes, da família e da sociedade no processo ensino-aprendizagem;
- III – a visão do estudante como um sujeito ativo do processo ensino-aprendizagem com sua antecipada ciência de o que será avaliado, com as regras, critérios e instrumentos estabelecidos de forma clara e democrática;
- IV – a autoavaliação por parte dos estudantes, dos docentes e da instituição;
- V – a definição de estratégias para a melhoria do processo ensino-aprendizagem mediante a discussão com os segmentos da comunidade acadêmica acerca dos resultados obtidos nos

variados momentos do processo de avaliação (BRASIL, 2017, p. 3-4).

São considerados meios para operacionalização da avaliação (IFPR, 2017, p. 5-6):

- I – seminários;
- II – trabalhos individuais e/ou em grupos;
- III – testes escritos e/ou orais/sinalizados;
- IV – demonstrações de técnicas em laboratório;
- V – dramatizações;
- VI – apresentações de trabalhos finais de iniciação científica;
- VII – artigos científicos ou ensaios;
- VIII – Trabalho de Conclusão de Curso – TCC;
- IX – relatórios de estágio;
- X – portfólios;
- XI – resenhas;
- XII – autoavaliações;
- XIII – participações em projetos;
- XIV – participações em atividades culturais e esportivas;
- XV – visitas técnicas;
- XVI – atividades em Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA);
- XVII – participação em atividades de mobilidade nacional e internacional;
- XVIII – outras atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação pertinentes aos cursos.

Os resultados obtidos no processo de avaliação são emitidos por componente curricular e disponibilizados por meio eletrônico e/ou entrega individual de boletim, devendo ser expressos por conceitos, sendo:

- I – Conceito A – Quando a aprendizagem do estudante for **PLENA** e atingir os objetivos, conforme critérios propostos no plano de ensino.
- II – Conceito B – Quando a aprendizagem do estudante for **PARCIALMENTE PLENA** e atingir os objetivos, como critérios propostos no plano de ensino.
- III – Conceito C – A aprendizagem do estudante for **SUFICIENTE** e atingir objetivos propostos, conforme critérios propostos no plano de ensino.
- IV – Conceito D – A aprendizagem do discente for **INSUFICIENTE** e não atingir os objetivos, conforme critérios propostos no plano de ensino (IFPR, 2017, p. 9-10).

Os conceitos têm emissão bimestral e semestral, sendo o conceito final de cada componente curricular, emitido após o término das atividades do

mesmo, conforme calendário acadêmico. O discente é considerado aprovado ao obter conceito final A, B ou C no componente curricular, e frequência igual ou superior a 75% da carga horária total do mesmo. Caso contrário o discente é considerado reprovado no componente curricular. Os estudantes que reprovam em componentes curriculares devem cursá-los novamente, podendo, no caso dos cursos de ensino superior, solicitar matrícula também em componentes curriculares do próximo período. Os estudantes reprovados por frequência devem cursar novamente os componentes curriculares com obrigatoriedade de frequência.

Com relação ao ensino médio integrado os estudantes com reprovações em até 3 componentes curriculares do ano regular são promovidos à série seguinte, cumprindo tais componentes em regime de dependência. Estudantes reprovados em 4 ou mais componentes são retidos na série em que se encontram, cursando-a novamente. A contagem de componentes para retenção na série não leva em conta eventuais reprovações em componentes curriculares cursados em regime de dependência. Isso significa que um estudante reprovado em três componentes da série regular e em mais algum componente curricular em regime de dependência ainda assim é promovido à próxima série.

Os docentes têm autonomia didático/metodológica para definir qual estratégia, instrumentos e critérios avaliativos são os mais adequados a serem utilizados, sempre em consonância com os valores, objetivos e princípios adotados pelo IFPR, conforme disposto no Artigo 11º da Resolução CONSUP/IFPR nº 50/2017 (IFPR, 2017). De acordo com o Artigo 13 da Resolução nº 50/2017 (IFPR, 2017, p. 7-8), a recuperação de estudos como parte do processo ensino-aprendizagem é obrigatória e compreende:

§ 1º A Recuperação Contínua, que se constitui como um conjunto de ações desenvolvidas no decorrer das aulas, para a retomada de conteúdos que ainda não foram apropriados e/ou construídos pelos estudantes;

§ 2º A Recuperação Paralela, que se constitui como parte integrante do processo de ensino aprendizagem em busca da superação de dificuldades encontradas pelo estudante e deve envolver a recuperação de conteúdos e conceitos a ser realizada por meio de aulas e instrumentos definidos pelo docente em horário diverso das disciplinas/ unidades curriculares/

componentes curriculares/ áreas cursadas pelo estudante, podendo ser presencial e/ou não presencial.

O processo de avaliação da aprendizagem acima descrito, considerando suas características diagnósticas, formativas e somativas, está em consonância com as concepções de processo de ensino-aprendizagem e de currículo aqui expressas, uma vez que o centro da preocupação se coloca no processo de aquisição de conhecimentos e competências, e não apenas nos produtos finais resultantes de tais processos.

Considerando as concepções teóricas que orientam a práxis pedagógica nas relações ensino-aprendizagem no campus Pitanga, há que destacar que os objetivos didático-curriculares no contexto da Educação profissional científica e tecnológica se voltam para uma gestão interdisciplinar do conhecimento. Isso porque, os princípios orientadores da prática pedagógica fundamentam-se sob a égide da diversidade nas abordagens, programas, estratégias e processos avaliativos. Desse modo, a ética que rege o compromisso docente com o conhecimento científico está presente na dinâmica educacional dialogicamente comprometida com as culturas regionais, linguagens e abrangências do mundo do trabalho. Assim, nossos estudantes, predominantemente jovens, intencionalmente se envolvem com os resgates da memória e patrimônio artístico-cultural local, tornando aplicável no cotidiano os conhecimentos compartilhados em sala de aula.

3.5. Inclusão sócio-educacional

Quanto às dimensões da inclusão sócio-educacional, o campus está em consonância com os direitos já garantidos aos estudantes incluídos no Instituto Federal do Paraná - IFPR, conforme Constituição Federal (BRASIL, 1988); na Lei de Diretrizes e Bases da Educação/LDB, Lei no 9.394 (BRASIL, 1996); na Política Nacional de Educação na Perspectiva Inclusiva (BRASIL, 2008); no Plano Nacional de Educação/PNE/2014-2024 Decreto-Lei no 13.005/2014, em suas metas 4 (quatro) e 8 (oito); na Lei da Inclusão, Decreto-Lei no 13.146/2015; e Resolução nº 50, de 14 de julho de 2017 do IFPR.

Essas prerrogativas legais envolvem prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. As leis garantem a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular, tendo o Estado o dever de fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras do processo de ensino e aprendizagem, assegurando-lhes condições para a continuidade de estudos posteriores.

Conforme Decreto-Lei no 7.611/2011, artigo 1, inciso VI, o dever do Estado com a educação das pessoas público-alvo da educação especial deve ser efetivado de modo que seja garantido o estabelecimento de uma 'Inclusão Plena', o que é alvo das ações no campus.

Considerando as inúmeras demandas humanas no universo das especificidades sócio-educacionais, físicas, linguísticas e intelectuais dos estudantes do IFPR, nosso PPP está comprometido com suas necessidades educacionais específicas, para que possam exercer seus direitos educacionais em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas.

Cabe ressaltar que, no ano de 2019, visando o atendimento dos estudantes com necessidades específicas, o IFPR realizou concurso público para o provimento de cargo de Professor de Atendimento Educacional Especializado/AEE, tendo como atribuição principal a codocência em sala de aula e o adequado Atendimento Educacional Especializado (AEE). Assim, grande parte da demanda apontada pelo campus poderá ser apoiada por esse profissional.

Logo, cooperando no processo de inclusão do(s) estudante(s) em ambiente escolar e de uma relação pedagógica dialogicamente comprometida com a constituição da subjetividade de todos os envolvidos na relação ensino-aprendizagem, o campus Pitanga se envolve com seriedade e em bases sólidas. De igual modo, comprometido com o equilíbrio das relações étnico-raciais e de gênero, o campus Pitanga constrói continuamente um ambiente favorável ao diálogo e respeito mútuo, importantes para a resistência à manifestação do preconceito.

3.6. Educação profissional, científica e tecnológica

Como já apontado, nos pautamos na concepção de Saviani (2013) a respeito da educação, no sentido de que é um fenômeno humano, e que nos caracteriza enquanto tais. A educação é, por assim dizer, o processo e a característica que humaniza o indivíduo.

Sendo assim, a educação caracteriza-se também na categoria de trabalho, uma vez que é uma ação transformadora, do ser humano e de sua própria natureza. A educação é um processo de trabalho, não material, que, segundo o mesmo autor, produz em cada indivíduo particularmente a humanidade construída historicamente (SAVIANI, 2013).

Assim, nossa concepção para formação na Educação Profissional e Tecnológica vai muito além da ideia de formação técnica, pois abrange e pretende a formação integral do indivíduo, em seus mais variados aspectos, tendo o trabalho como princípio educativo.

A maneira como a sociedade elabora a sua produção material exerce influência direta no modelo da formação social do indivíduo. Modelo, este, que tem a escola como principal campo de reprodução. Nesse sentido, as transformações no mundo do trabalho originam também transformações na organização escolar. Não é possível desvincular Educação e Trabalho. A prática organizadora e orientadora do trabalho na sociedade, assumirá um princípio educativo na formação humana.

Todavia, o trabalho no capitalismo rompe com a união entre teoria e prática. Conforme afirma Kuenzer (1988, p.18-19), essa ruptura ocorre também em nível das relações sociais, na “[...] decisão e ação, trabalho intelectual e trabalho manual”. Logo, se a educação tem o trabalho como princípio educativo, essencialmente ela será reprodutora também dessa ruptura. Portanto, se enquanto instituição buscamos a emancipação humana, ter o trabalho como princípio educativo requer afirmarmos, sobretudo, que nos contrapomos ao modelo de trabalho adotado atualmente pela sociedade. A produção material no capitalismo tem um princípio educativo - ela educa e produz conhecimento -, mas

não com a dimensão pedagógica que buscamos. Sob a ótica de Sá (2000, p. 175) entendemos que:

Se a base produtiva que produz e reproduz a existência do homem no capitalismo fragmenta concepção e execução, teoria e prática, trabalho intelectual e trabalho manual, a formação dos homens nesta sociedade criará indivíduos “intelectuais” e indivíduos “manuais”. A formação dos intelectuais é, pois, reflexo das condições materiais de produção, porquanto condiciona o surgimento do cidadão-intelectual e do cidadão-manual. O ingresso no mercado de trabalho se efetivará pelas condições de classe social, ficando as ocupações hierarquizadas entre aquelas consideradas teóricas, intelectuais e aquelas denominadas de manuais, técnicas ou de execução.

Nesse sentido, a nossa concepção de Educação Profissional e Tecnológica se coaduna com a concepção de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Pacheco (2015) observou que os Institutos Federais têm em seu projeto o objetivo de romper com a dualidade entre teoria e prática, entre ciência e tecnologia. Assim, ensino, pesquisa e extensão, na Educação Profissional e Tecnológica, têm a tarefa de formar integralmente para o mundo do trabalho, para a ciência, a tecnologia, a teoria, a prática. Deve formar o cidadão integral, apto a transformar a realidade que o circunda. A Educação Profissional e Tecnológica deve oferecer as possibilidades de transformação tanto do sujeito quanto do meio em que o mesmo está inserido.

É neste sentido que se organizam os cursos e as atividades do Campus Pitanga, na perspectiva de transformação da região, dos indivíduos, cooperando para o desenvolvimento local. Nosso objetivo é propiciar oportunidades de desenvolvimento, a fim de formar cidadãos completos e complexos, capazes de agir sobre seu meio, e transformar sua própria realidade.

Esta perspectiva vai ao encontro dos objetivos dos próprios Institutos Federais como um todo, uma vez que a estrutura da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica foi pensada de modo a fomentar o desenvolvimento e os arranjos produtivos locais, servindo, ainda, como ferramenta de combate às desigualdades de diversas ordens.

3.7. Pesquisa, extensão e inovação

Historicamente as atividades de pesquisa, extensão e inovação tem seu desenvolvimento essencialmente realizado em instituições públicas de ensino. O Ensino Superior realiza essas atividades com maior frequência, contudo, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia também são estruturados a partir do tripé do ensino, pesquisa e extensão. Nesse cenário cabe também aos Institutos Federais desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão de forma articulada visando cumprir sua função social e seus objetivos institucionais.

A pesquisa pode ser entendida como um princípio educativo e é uma importante ferramenta numa instituição de ensino já que ela é uma atividade que impacta diretamente na formação dos estudantes. Além disso, a pesquisa é essencial no desenvolvimento de inovações e na aproximação da instituição com o setor produtivo. Diante disso, o desenvolvimento da pesquisa e inovação nos diferentes níveis e modalidades de ensino do IFPR - Pitanga contribui para a produção de conhecimento e aproximação com a comunidade através do compartilhamento dos benefícios resultantes dessas atividades.

A Lei 11.892/2008, em seu Art. 7º, Inciso V, diz que um dos objetivos dos institutos federais é “desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos”. Dessa forma é nítido o papel da instituição devendo contemplar as necessidades da sociedade em suas atividades visando tornar a extensão (de forma articulada com a pesquisa e a inovação) uma ferramenta que contribui para formação pessoal e acadêmica dos estudantes e de atendimento à comunidade.

As atividades de pesquisa, inovação e extensão dar-se-ão norteadas pelos seguintes princípios orientadores:

- A indissociabilidade, buscando articular as atividades de ensino, pesquisa, inovação e extensão.

- O científico, estimulando a produção de conhecimento a partir do método científico.
- O formativo, propondo atividades de pesquisa, inovação e extensão que permitam aliar tais atividades ao ensino.
- O ético, buscando demonstrar que a ciência não é neutra e a necessidade de promover atividades que visem contribuir com a melhoria da sociedade.
- A interdisciplinaridade, propondo o diálogo entre diferentes áreas do conhecimento rompendo barreiras da fragmentação dos conteúdos.
- O relacionamento, buscando criar espaços de discussão com a comunidade proporcionando a interação com diferentes grupos sociais e o compartilhamento de conhecimentos.

A seguir são apresentadas as diretrizes que se materializam nos indicadores estruturantes das políticas e ações do campus para o desenvolvimento da pesquisa, inovação e extensão.

- Estímulo à capacitação de servidores como forma de potencializar a produção do conhecimento.
- Criação de editais internos de estímulo à pesquisa, inovação e extensão.
- Implantação de coordenação de pesquisa e extensão mediante Função Gratificada (FG).
- Consolidação da valorização e incentivo à pesquisa, inovação e extensão na Instituição como atividades essenciais à vida acadêmico-científica.
- Orientação quanto à atuação do Comitê de Ética da instituição.
- Desenvolvimento da pesquisa, inovação e extensão como princípios educativos, buscando promover a formação de cidadãos autônomos e profissionais reflexivos, propiciando aos estudantes a capacidade e o domínio teórico-prático do saber científico, com vistas ao bem comum, ao crescimento pessoal e ao desenvolvimento social.
- Identificação de demandas relevantes ao contexto regional no qual a instituição encontra-se inserida.

- Estímulo à criação de linhas e grupos de pesquisas que integrem estudantes e servidores.
- Criação de espaços adequados ao desenvolvimento de atividades de pesquisa, inovação e extensão.
- Manutenção de carga horária adequada para que servidores (docentes e TAES) possam realizar atividades de pesquisa, inovação e extensão.
- Não distinção entre diferentes áreas do conhecimento, proporcionando igualdade de condições de desenvolvimento de atividades de pesquisa, inovação e extensão.
- Manutenção e ampliação de eventos que buscam divulgar os resultados das atividades de pesquisa, inovação e extensão e de publicações em revistas científicas.
- Fornecimento de apoio teórico-metodológico aos servidores na elaboração e execução de projetos.
- Estabelecimento de parcerias com outras instituições de ensino e setor produtivo visando o levantamento e atendimento de demandas locais.

4. PLANEJAMENTO

No ano de 2018 o campus Pitanga elaborou seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) para os anos de 2019 a 2023. O Plano de Desenvolvimento Institucional é uma ferramenta de gestão que auxilia a instituição em aspectos como a filosofia de trabalho, sua missão, os objetivos estratégicos e as diretrizes pedagógicas que orientam suas ações. Nesse contexto as ações propostas pelo campus Pitanga devem estar de acordo com o PDI e respeitando a missão e os valores da instituição.

4.1. Planos de gestão escolar

Diante de todos os desafios já mencionados, a gestão escolar do campus tem como prioridade a pluralidade. Uma gestão participativa englobando não somente os servidores, mas também toda a comunidade interna e externa. Sempre que possível, os conselhos, comissões e colegiados do campus contam com, além de servidores, estudantes, pais, representantes da sociedade civil, sindicatos e poder público. Deste modo as decisões tomadas ganham solidez e respaldo, aproximando o campus da comunidade e cumprindo o objetivo de não ser apenas uma escola, mas sim algo orgânico para o município e sua região.

Administrativamente o Instituto Federal do Paraná campus Pitanga tem o histórico de participação de todos os servidores nas decisões orçamentárias apresentadas pelo corpo técnico administrativo na pessoa do diretor de planejamento e administração. Estas decisões periodicamente são apresentadas e discutidas nas reuniões do Colégio Dirigente do Campus, CODIC, que conta com representantes docentes, técnicos, coordenações de curso, discentes, pais, sindicato, sociedade civil e poder público. Os recursos financeiros destinados ao campus prioritariamente são destinados a manutenção da qualidade dos cursos ofertados. Seja em melhorias estruturais, como construção de laboratórios e obtenção de equipamentos, reagentes e livros, ou como na qualificação dos recursos humanos com a viabilização de palestras e oficinas para servidores e estudantes. Para os próximos anos planeja-se manter este foco na destinação dos recursos bem como o estímulo à participação de toda a comunidade nas decisões do campus.

No âmbito pedagógico, cada colegiado de curso conta com representantes discentes. A atuação destes estudantes nos direcionamentos que suas formações estão tomando cria um laço, aumentando o sentimento de pertencimento à instituição. Nas reuniões todos têm voz ativa e isonômica expressando os pontos positivos e aqueles que devem receber um olhar mais atento. Situação semelhante ocorre com as comissões de eventos organizados pelo campus. Valorizando esta vivência pretende-se no futuro ampliar o número de discentes participando destes colegiados incentivando a criação dos diretórios acadêmicos em conjunto com o grêmio estudantil.

O Instituto Federal do Paraná campus Pitanga mantém contato próximo aos entes públicos municipais por meio de representantes nos conselhos municipais e em atividades propostas pela prefeitura de Pitanga e prefeituras da região. O ouvido atento às demandas da região indica os caminhos que esta instituição deve seguir para melhor cumprir seu papel social de viabilizar o desenvolvimento regional. Portanto, nosso plano de gestão escolar é ampliar essa participação para além de Pitanga e estreitar relações com cidades vizinhas e com igual necessidade, quando não mais, como por exemplo Palmital, Santa Maria do Oeste, Mato Rico, Nova Tebas, Manoel Ribas, dentre outras.

4.2. Planejamento de oferta de novos cursos

O Instituto Federal do Paraná – campus Pitanga, em consonância com o arranjo produtivo local oferta o curso Técnico integrado em Cooperativismo, em nível médio, Tecnologia em Agroindústria, Licenciaturas em Química e Pedagogia e Especialização em Interdisciplinaridade e Docência na Educação Básica em nível superior. Com isso atende-se parcialmente uma demanda de fortalecimento dos pequenos e médios produtores. Para dar continuidade à atuação do IFPR - Campus Pitanga, planeja-se iniciar o curso Técnico em Alimentos, tanto na modalidade integrada ao Ensino Médio quanto na PROEJA. A oferta deste curso vai ao encontro dos outros cursos já ofertados no campus, otimizando a força de trabalho dos profissionais já presentes, se fazendo necessário um mínimo de novas contratações. Posteriormente o caminho a ser seguido pelo campus é a abertura do curso superior em Engenharia de

Alimentos.

4.3. Plano e expectativas de formação continuada

Atualmente o campus Pitanga oferta cursos de Formação Continuada (FIC), na área de Artes, atendendo a docentes do ensino básico da rede pública e privada do município, além de artistas locais buscando aprimoramento de suas práticas. Com o término das construções dos novos laboratórios de química e alimentos no campus, planeja-se a oferta de FIC nas áreas de análise, boas práticas de manejo e produção de gêneros alimentícios, principalmente laticínios.

4.4. Programa de acompanhamento de egresso

Ao longo da trajetória do campus Pitanga formaram-se diversos estudantes, sendo eles identificados como estudantes egressos da Instituição.

Dessa forma, formaram-se na modalidade presencial, no curso Técnico em Cooperativismo e na Pós-Graduação, 85 (oitenta e cinco) e 44 (quarenta e quatro) estudantes, respectivamente.

Já nos cursos de Educação à distância, que ocorreram de 2015 a 2017, foram formados 162 (cento e sessenta e dois) estudantes.

Pensando no acompanhamento destes egressos, foi realizado um questionário com os estudantes egressos de 2019, do Curso Técnico em Cooperativismo, tendo em vista que isso possibilita a avaliação contínua do curso ofertado e da própria Instituição, uma vez que aprimora o processo de ensino-aprendizagem e, adicionalmente, integra os egressos em cursos de formação continuada.

Nesse questionário foram formuladas seis perguntas, às quais 29 (vinte e nove) estudantes responderam. As respostas obtidas servem de subsídios tanto para ajustes nas turmas vigentes quanto para planejamento de ações tendo em vista os próprios egressos.

Apesar de ter sido realizado este questionário apenas no ano de 2021 para os egressos de 2019, percebeu-se a importância desse acompanhamento, que deverá ser realizado anualmente, de forma contínua.

Conforme o PDI, o acompanhamento dos egressos deve ser realizado para avaliar o desempenho educacional da Instituição e o desenvolvimento profissional do egresso, bem como identificar aspectos negativos e positivos na sua formação.

Além disso, havendo este acompanhamento poderão ser realizadas outras atividades, entre elas possíveis encontros dos egressos, nos quais poderão ser ofertados palestras, atividades de integração, entre outros.

4.5. Plano de infraestrutura (aliado ao PDI e ao PPI)

Para atender aos nossos estudantes e a comunidade externa, hoje contamos com o Bloco Administrativo contendo salas de aula, espaço das seções administrativas, biblioteca e secretaria, um bloco Técnico de Laboratórios de Química e Alimentos e uma construção já existente quando da aquisição do terreno em que estão as salas de artes e os laboratórios de robótica e música. Em fase de finalização está um bloco didático contendo laboratório de química, física, biologia, informática e pedagogia, além de salas de aula. Para os próximos anos planeja-se adquirir recursos para a construção de um novo bloco com mais 10 salas de aulas, permitindo o oferecimento de um curso técnico de alimentos na modalidade PROEJA. Também pretende-se reformar a construção onde encontra-se a sala de artes e transformá-la num ambiente destinado a artes, contando com sala de pintura, música, teatro e um anfiteatro para apresentações culturais, palestras e eventos.

Na área esportiva, hoje o campus conta com uma quadra de vôlei de areia. Nos anos seguintes pretende-se destinar recursos para construção de uma quadra poliesportiva coberta com tamanho oficial para futebol de salão.

No âmbito da acessibilidade, já está em andamento um processo para viabilizar um projeto de acessibilidade do campus, reformando a entrada e as áreas de circulação das pessoas, facilitando o acesso a pessoas com deficiência física ou com mobilidade reduzida. Além disto também tramita um projeto de reforma na iluminação do campus, melhorando a segurança e circulação dos estudantes do período noturno.

4.6. Plano de permanência e êxito

A evasão ocorre quando um estudante deixa de frequentar as aulas, caracterizando o abandono do curso. Esse é um problema presente no contexto de diversas instituições de ensino que exige a proposição de ações que contribuam para a permanência e êxito dos estudantes.

O comprometimento do IFPR - Campus Pitanga com a permanência e êxito dos estudantes está expresso nas ações previstas no PDI 2019-2023 elaborado coletivamente no campus. Através da participação da comunidade foi criado um planejamento estratégico que busca proporcionar aos estudantes condições para superar suas dificuldades para conclusão do curso escolhido.

O PDI do campus prevê a realização das seguintes ações:

1. Mapear os índices de evasão por modalidade de ensino.
2. Identificar os motivos da evasão.
3. Aprimorar mecanismos para permanência do aluno na instituição.

Espera-se que através dessas ações sejam identificados os principais fatores que contribuem para a evasão dos estudantes possibilitando ao campus propor ações pontuais que solucionem esses problemas.

A Seção Pedagógica e de Assuntos Estudantis (SEPAE) do campus Pitanga entrou em atividade com uma equipe multidisciplinar em 2018. Por meio da Portaria nº 36 de 20 de março de 2019, atualizada pela Portaria nº 44, de 26 de maio de 2021, foi criada no Campus a “Comissão Permanente de Promoção da Permanência e Êxito Estudantil do Instituto Federal do Paraná Campus Pitanga”, que tem por objetivo sistematizar os fatores que dificultam a permanência e êxito dos estudantes. Até o momento, esta comissão realiza um trabalho de acompanhamento que já permite elencar fatores citados frequentemente pelos estudantes, por exemplo:

1. Dificuldades de adaptação ao IFPR.
2. Necessidade de trabalhar.
3. Dificuldades de aprendizagem.

4. Não identificação com o curso.
5. Distância e dificuldades de transporte.
6. Retenções frequentes.

O IFPR - Campus Pitanga realiza ações que buscam auxiliar os estudantes a solucionar as dificuldades citadas por eles. Por exemplo, a Seção Pedagógica e de Assuntos Estudantis, SEPAE, e o Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas, NAPNE, realizam acompanhamento individualizado dos estudantes buscando auxiliar no período de adaptação e na melhoria do processo de aprendizagem dos estudantes. Diferentes setores, como por exemplo a Biblioteca, atuam em conjunto com a SEPAE realizando ações de combate ao Bullying/Cyberbullying, de respeito e discussão sobre a conscientização de gênero-geração-étnicas e demais temas relacionados aos Direitos Humanos, desta forma, buscando criar um ambiente onde todos sejam respeitados em suas individualidades e se sintam acolhidos.

Os docentes disponibilizam semanalmente 4 horas para atendimento aos estudantes possibilitando a retomada de conteúdos trabalhados em sala e problemas de defasagem de conteúdos anteriores. O IFPR conta com a Diretoria de Assuntos Estudantis, DAES, que compete as seguintes ações: planejar, elaborar, implementar, acompanhar e avaliar a Política de Assistência Estudantil (Programas, Projetos e Ações). Objetivando, desta forma, a democratização ao acesso, a garantia da permanência e do êxito no processo formativo do estudante, além de contribuir para a formação integral e inclusão social de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Vinculada a esta diretoria temos a Coordenadoria de Assistência Estudantil, CAES, a quem compete participar da construção da Política de Assistência Estudantil do IFPR, através das atividades de planejamento, elaboração e implementação de programas – principalmente nas áreas de: moradia, alimentação, transporte, nas formas de concessão de auxílio e de bolsas através dos programas ligados à projetos educacionais – que promovam a inclusão social, por meio de ações que contribuam para o acesso, permanência e êxito dos estudantes. No Campus Pitanga a Seção Pedagógica e de Assuntos Estudantis, SEPAE, responsabiliza-

se em divulgar os editais relacionados aos Programas da Assistência Estudantil e articular todas as ações previstas para atender as demandas dos estudantes. Além disso, o campus vem estabelecendo parcerias que possibilitam aos estudantes a realização de estágios remunerados no contraturno.

Segundo o relatório elaborado em 2017 pela comissão de evasão do IFPR - Campus Pitanga o índice geral de evasão observado foi de 24,43% até o ano de 2016, contudo, foi identificado que a maior parte das evasões ocorreu nos cursos FIC e EaD. O Curso Técnico Integrado em Cooperativismo é ofertado desde 2015 e nesse período foram matriculados 240 estudantes. O índice de evasão nesse curso é inferior a 1% já que o campus registrou somente dois casos de evasão. Esse dado demonstra o baixo índice de evasão nessa modalidade de curso.

Dados de 2019 mostram que a evasão geral, no curso Técnico Integrado em Cooperativismo, ficou em 1,3% naquele ano. A diferença se deu no fechamento do ciclo, terminado no ano letivo de 2020. Neste ciclo, de um total de 84 estudantes ingressantes, evadiram-se 46 e formaram-se 30, o que deixou a taxa de evasão no ciclo em 54,76%. Entretanto, deve ser destacada a total atipicidade deste indicador, visto ser o ciclo que mais sofreu o impacto da pandemia da Covid-19, que ensejou suspensão de calendário letivo, posterior retorno com atividades remotas e, conseqüentemente, mudança do calendário inicialmente previsto.

Diante desta realidade apresentada desde março de 2020, a turma que se formaria naquele ano terminou seu ciclo apenas em maio de 2021, o que levou muitos estudantes a se transferirem para outras redes, inflando o percentual de evasão, conforme já apresentado. A perspectiva é que, com o desenvolvimento dos ciclos posteriores, o indicador de evasões volte a baixar a níveis normais, sobretudo com o trabalho de normalização do calendário acadêmico.

Nos cursos superiores, o ano de 2020 registrou evasão de 6,41% no curso de Tecnologia em Agroindústria e 7,73% nas licenciaturas (Pedagogia e Química).

Cabe ressaltar que os índices de evasão do IFPR - Campus Pitanga são

baixos, especialmente no Curso Técnico Integrado em Cooperativismo. Como já afirmado, situações atípicas como a pandemia da Covid-19 tendem a causar distorções nestes indicadores. Cabe ressaltar, ainda que, especialmente no que se refere ao Curso Técnico Integrado em Cooperativismo, a relação candidato/vaga tem crescido nos últimos processos seletivos, o que demonstra o interesse nos cursos ofertados pelo IFPR - Campus Pitanga.

Além das ações desenvolvidas pelo campus é importante destacar que o curso técnico ofertado possui grande relação com o contexto regional e o arranjo produtivo local e esse fator contribui para um índice satisfatório de permanência e êxito.

4.7. Ações de educação inclusiva

O IFPR desenvolve políticas que visam proporcionar um ambiente inclusivo no qual estudantes e servidores construam um campus que preza por boas relações interpessoais e respeito à diversidade. Conhecedor desse cenário, o campus Pitanga busca desenvolver ações relacionadas ao ingresso, permanência e êxito dos estudantes que o caracterizem como um campus inclusivo.

Escola inclusiva é, aquela que garante a qualidade de ensino educacional a cada um de seus alunos, reconhecendo e respeitando a diversidade e respondendo a cada um de acordo com suas potencialidades e necessidades. Assim, uma escola somente poderá ser considerada inclusiva quando estiver organizada para favorecer a cada aluno, independentemente de etnia, sexo, idade, deficiência, condição social ou qualquer outra situação. Um ensino significativo, é aquele que garante o acesso ao conjunto sistematizado de conhecimentos como recursos a serem mobilizados (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2004).

O campus Pitanga, assim como demais campi do IFPR, possui a Seção Pedagógica e de Assuntos Estudantis (SEPAE) que é responsável por auxiliar os docentes e estudantes nas ações referentes ao processo de ensino-aprendizagem articulado com a Assistência Estudantil. A SEPAE do campus Pitanga é formada por uma equipe multidisciplinar constituída por uma Assistente Social, um Psicólogo e uma Técnica em Assuntos Educacionais. O

campus Pitanga possui ainda o NAPNE, Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas, que é vinculado à SEPAE. O NAPNE no campus Pitanga é constituído por uma equipe multidisciplinar que visa promover e estimular a criação da cultura da educação para a convivência, respeito às diferenças e, principalmente, minimizar as barreiras educacionais, arquitetônicas, comunicacionais, de atitude e tecnológicas no âmbito do IFPR. Devido ao fato de estar vinculado a SEPAE muitas ações realizadas no campus são desenvolvidas em conjunto pelo NAPNE e SEPAE. A seguir serão apresentadas as ações realizadas pelo NAPNE e pela SEPAE.

O campus Pitanga sempre apresentou um baixo índice de evasão de seus estudantes, contudo, com a implementação dos cursos superiores foi verificado um aumento desse indicador. Com base nesse fato a SEPAE, em conjunto com as coordenações de curso, passou a realizar um trabalho de levantamento de estudantes com potencial para evasão e iniciou um trabalho de prevenção à evasão. A SEPAE busca contato com estudantes com alto número de faltas e/ou desempenho insatisfatório e registra o motivo da ocorrência desses fatos. A partir desses dados são realizados os possíveis encaminhamentos para solucionar a questão. Os dados coletados serão organizados a fim de se verificar as motivações mais comuns para evasão e a partir disso são propostas ações preventivas sistematizadas.

Cabe ainda a SEPAE, em conjunto com as coordenações de cursos técnicos, realizar bimestralmente os conselhos de classe. Nesse momento são indicados os casos que necessitam ser encaminhados para atendimento específico e acompanhamento por parte da SEPAE e/ou do NAPNE. Diante das necessidades apresentadas, a equipe da SEPAE e/ou do NAPNE irão propor ações articuladas com a equipe docente e demais servidores, no que se refere a soluções relacionadas à acessibilidade atitudinal, arquitetônica, metodológica, nas comunicações e digital. Além disso, os estudantes podem ser encaminhados para ações de assistência estudantil, acompanhamento médico e/ou psicológico e acompanhamento individualizado com docentes em casos de dificuldades de aprendizagem ou altas habilidades e superdotação.

O campus mantém parcerias com a rede municipal e estadual para que

estes possam apoiar nos atendimentos aos estudantes com necessidades específicas, visto que no Campus não há Sala de Recursos Multifuncionais e Professor de Atendimento Educacional Especializado para que possa complementar/suplementar o ensino alvo da Educação Especial. Por meio dessas parcerias os estudantes podem ser encaminhados e receber atendimento com uma equipe multiprofissional (fonoaudiológico, psicológico, psiquiátrico e neurológico) e frequentar a Sala de Recursos Multifuncionais no contraturno escolar. Desse modo, para que os estudantes tenham acesso a um atendimento integral é necessário que sejam mantidas as parcerias já estabelecidas.

O campus Pitanga promove ainda diversas palestras e momentos de discussão que abordam temas relacionados à Inclusão, Acessibilidade, Diversidade Étnica/ de Gênero, Saúde Mental e Direitos Humanos com foco no respeito às diferenças e valorizando um ambiente escolar inclusivo. Promove ações de conscientização durante o Setembro Amarelo, Outubro Rosa, Novembro Azul, entre outras. As ações aqui mencionadas são realizadas tanto com estudantes do ensino técnico integrado quanto com os estudantes do ensino superior e pós-graduação.

Com relação à estrutura física, o campus necessita realizar adaptações que facilitem seu acesso. O bloco atual atende as exigências de acessibilidade, contudo, o acesso ao bloco ainda não atende essas necessidades. Para solucionar essa questão o campus apresentou a demanda por recursos que permitirão realizar as adaptações de acessibilidade necessárias.

O campus Pitanga conta ainda com equipamentos como lupa eletrônica, teclados adaptados, fones de ouvido entre outros itens que permitem a inclusão de estudantes com necessidades específicas em sala de aula. Como forma de manter o atendimento a esse público é necessário que o campus amplie a quantidade de equipamentos destinados a essa finalidade.

Por fim, para garantir a real inclusão dos estudantes e servidores, a permanência e êxito dos mesmos e a manutenção de um ambiente de respeito à diversidade é necessário o aumento do número de servidores da SEPAE devido ao número crescente de estudantes.

4.8. Ações da cultura corporal: dança, lutas, jogos, ginástica e esporte nas manifestações educacional, participação/lazer e rendimento

O IFPR - Campus Pitanga busca garantir que os estudantes tenham acesso a atividades culturais, à prática esportiva, ao lazer e ao fazer artístico. O campus reconhece que ações relacionadas a esses temas contribuem para melhoria no desempenho acadêmico discente, para a produção do conhecimento e para a formação de um cidadão crítico.

O campus conta hoje com um amplo galpão que pode abrigar diferentes ações relacionadas a arte e esportes. O espaço vem sendo utilizado para oferta do curso FIC de Produções Artísticas: Procedimentos teóricos e metodológicos bidimensionais. Trata-se de um curso aberto à comunidade e que democratiza o contato inicial com arte. Esse ambiente conta com salas que já foram utilizadas para atividades de teatro, música e esportes, contudo, o espaço não apresenta condições para a continuidade dessas atividades. Com a reforma do galpão, o espaço novamente poderá ser destinado integralmente à realização de atividades culturais e esportivas.

Atualmente o campus desenvolve ações esportivas que estimulam a participação em eventos e tem caráter de integração entre servidores, estudantes e comunidade. Com o objetivo da integração são realizadas ações como torneio anual de futsal entre estudantes e servidores, participação no Dia do Desafio, gincanas de boas-vindas aos estudantes e participação em eventos esportivos municipais.

Também são desenvolvidas ações relacionadas ao rendimento esportivo, por exemplo, manutenção de equipes discentes permanentes para participação em jogos escolares e JIF e busca de parcerias que disponibilizem espaço físico para os treinamentos. O campus conta apenas com uma quadra de vôlei de areia e não possui quadra poliesportiva, sendo assim, é necessário a busca por recursos para construção de quadra poliesportiva coberta ou ginásio como forma de garantir o acesso discente ao esporte de rendimento. Além de projetos de rendimento, o campus desenvolve o esporte através de projetos de ensino vinculados ao Programa Estudante Atleta vinculado à PROENS.

4.9. Ações de políticas afirmativas

Com a promulgação da Lei N° 12.711, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, são reservadas para o processo seletivo um percentual de vagas destinadas às políticas de ações afirmativas. Conforme destaca o Art. 1º, 3º, 4º e 5º da referida Lei:

Art. 1º As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Parágrafo único. No preenchimento das vagas de que trata o caput deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita.

Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Art. 4º As instituições federais de ensino técnico de nível médio reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso em cada curso, por turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que cursaram integralmente o ensino fundamental em escolas públicas.

Parágrafo único. No preenchimento das vagas de que trata o caput deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita.

Art. 5º Em cada instituição federal de ensino técnico de nível médio, as vagas de que trata o art. 4º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à

proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do IBGE.

Sendo assim, de acordo com os editais dos processos seletivos, o IFPR destina suas vagas dos processos seletivos para os candidatos que querem ingressar nos cursos Técnicos de Nível Médio (forma integrada ao ensino médio, concomitante e subsequente) ou Ensino Superior (Licenciatura, Bacharel e Tecnologia), da seguinte forma:

- 60% (sessenta por cento) do total das vagas ofertadas para cada curso, são reservadas aos candidatos que tenham cursado integralmente o Ensino Fundamental ou Ensino Médio em escolas públicas do Brasil. Esse percentual será distribuído da seguinte maneira:
 - 50% (cinquenta por cento) serão destinados aos candidatos que possuam renda familiar bruta mensal igual ou inferior a 1,5 (um vírgula cinco) salário mínimo nacional per capita, havendo reserva de vagas para candidatos:
 - autodeclarados pretos, pardos e indígenas, com deficiência;
 - autodeclarados pretos, pardos e indígenas;
 - pessoas com deficiência;
 - demais candidatos.
 - 50% (cinquenta por cento) serão destinados aos candidatos que possuam renda familiar bruta mensal superior a 1,5 (um vírgula cinco) salário mínimo nacional per capita, havendo reserva de vagas para candidatos:
 - autodeclarados pretos, pardos e indígenas, com deficiência;
 - autodeclarados pretos, pardos e indígenas;
 - pessoas com deficiência;
 - demais candidatos.
- 10% (dez por cento) do total das vagas ofertadas para cada curso e turma são reservadas aos candidatos autodeclarados pretos ou pardos;

- 5% (cinco por cento) do total das vagas ofertadas para cada curso e turma são reservadas aos candidatos autodeclarados indígenas;
- 5% (cinco por cento) do total das vagas ofertadas para cada curso e turma são reservadas aos candidatos com deficiência;
- 20% (vinte por cento) do total das vagas ofertadas para cada curso e turma são reservadas à Ampla Concorrência.

Portanto, o IFPR destina 80% (oitenta por cento) das vagas à inclusão social. Com isso, a Instituição busca promover a democratização do acesso ao ensino, oferecendo em seus processos de seleção cotas de ações afirmativas para o ingresso dos estudantes.

Além disso, a inclusão social é um dos valores do IFPR a qual perpassa pelas políticas de ações afirmativas. Segundo Feres Júnior e Zoninsein (2005) as políticas de ações afirmativas são reparação, justiça distributiva e diversidade.

4.10. Ações de educação de jovens e adultos

Visando a Educação de Jovens e Adultos o campus tem realizado estudos para ofertar cursos direcionados a esse público, na modalidade PROEJA de Técnico em Alimentos e também cursos profissionalizantes de curta duração na modalidade FIC - Formação Inicial Continuada a fim de melhorarmos o arranjo educativo de Pitanga e região. Considerando ser este um dos objetivos do IFPR, mencionados no artigo 5º: I – ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

4.11. Ações de assistência estudantil: concessão de bolsas, auxílios e subsídios para fomento à participação em eventos estudantis nas áreas de ensino, pesquisa, extensão e inovação

A região central do Paraná, onde está instalado o IFPR - Campus Pitanga, possui um baixo Índice de Desenvolvimento Humano. Devido a esse

fato as ações da Assistência Estudantil são fundamentais no processo de permanência e êxito dos estudantes e devem ser consolidadas no Campus Pitanga.

Por meio da Assistência Estudantil os estudantes podem ter acesso a bolsas através dos Programas PBIS e Monitoria e auxílios como o PACE e a participação em eventos científicos, culturais ou esportivos. Essas bolsas e auxílios são disponibilizados pela Pró-Reitoria de Ensino, portanto, uma importante ação a ser desenvolvida no campus é realizar ampla divulgação dos programas de bolsas e auxílios entre os estudantes.

Os estudantes que ingressam no IFPR - Campus Pitanga devem receber todas as informações relativas aos programas da assistência estudantil já no momento da matrícula. Dessa forma espera-se que os estudantes organizem a documentação necessária e garantam sua inscrição nos programas.

Como forma de garantir que os estudantes tenham acesso às informações referentes aos programas de auxílios e bolsas, o campus irá realizar semestralmente palestras sobre o tema. A realização dessa ação é necessária para que estudantes que ingressarem na instituição em chamadas posteriores ou via transferência também conheçam a assistência estudantil.

A assistência estudantil possui relação direta com ações de ensino, pesquisa, extensão e inovação através dos Programas PBIS, Monitoria, PEA e do apoio a participação em eventos. O edital de apoio a participação em eventos exige uma divulgação mais constante devido ao fato de ser um edital de acesso contínuo. Deverão ser realizadas ações de divulgação desse edital junto aos servidores e estudantes do campus. Através desse edital os estudantes podem receber auxílio financeiro para participação em eventos onde apresentarão os resultados dos projetos que desenvolvem na instituição.

4.12. Ações didático-pedagógicas

4.12.1. Planejamento pedagógico

Pensar sobre o planejamento pedagógico pressupõe compreender que toda e qualquer forma de planejamento está relacionada à dimensão ontológica do trabalho, e constitui essência da atividade humana. Como parte da natureza

humana, em sua gênese, o ato de planejar está vinculado à atividade de mudar a realidade para satisfação de necessidades. Numa dimensão ampla, responde às necessidades sociais e individuais e envolve intencionalidade, isto é, as ações para atingir determinado fim.

Nessa perspectiva,

[o planejamento] relaciona-se com a vida diária do homem. Vive-se planejando. De uma forma ou de outra, de uma maneira empírica ou científica, o homem planeja. Algum grau de planejamento é, e tem sido conatural a atividade humana. Sempre que se buscam determinados fins, relacionam-se alguns meios necessários para atingi-los. Isso de certa forma, é planejamento (DALMÁS, 2008, p .23).

Compreendido ainda como atividade eminentemente humana, o planejamento relaciona-se ao plano mental, ou atividade idealizada, e como tal, se constitui como um processo de reflexão idealmente concebido antes de ser realizado concretamente. Assim, “o ato de planejar é sempre um processo de reflexão, de tomada de decisão sobre a ação; processo de previsão de necessidades e emprego de meios e recursos disponíveis, visando a concretização de objetivos” (BAFFI apud PADILHA, 2001, p.30).

Para Dalmás (2008), planejar demanda um processo que se pretende responder três perguntas respectivamente: O que se quer alcançar? (UTOPIA); A que distância se está do que se quer alcançar? (DIAGNÓSTICO); O que será feito para diminuir a distância? (PROGRAMAÇÃO). Como um projeto consciente que envolve atividade, meios e fim,

[...] é impossível enumerar todos os tipos de níveis de planejamento necessários à atividade humana. Sobretudo porque, sendo uma pessoa humana condenada, por sua racionalidade, a realizar algum tipo de planejamento, está sempre ensaiando processos de transformar suas ideias em realidade (GANDIN, 2001, p.83).

Disso decorre a compreensão de que esses pressupostos estão circunscritos à atividade de planejar na educação e no ensino e dessa forma, numa dimensão mais específica, no planejamento pedagógico. Assim, é

imprescindível compreender que apesar de distintos, os planejamentos como atividade humana e o pedagógico, são indissociáveis.

Nesse intento, o planejamento pedagógico abrange as dimensões políticas e pedagógicas como unidade, na medida em que se constitui uma das modalidades específicas da prática educativa mais ampla que ocorre na sociedade, e, portanto, não pode ser tratado como atividade restrita ao espaço da sala de aula. Por outro lado, não é neutro, e como ato político, é carregado de intencionalidades e deve estar relacionado à atividade essencial do trabalho docente: o processo de ensino e de aprendizagem.

Assumido como prática social docente, isto é, processo de reflexão sobre a prática pedagógica e resultado de um trabalho coletivo e compromisso de toda a comunidade acadêmica, implica levar em consideração a relação teórico-prática sobre da atividade de planejar, posicionamento político para refletir sobre as leis que regem a educação e questionamento sobre as condições objetivas para a realização do trabalho do professor com qualidade.

Nesta perspectiva é que se assenta o planejamento pedagógico no IFPR - Campus Pitanga, tanto com relação aos planos de curso, currículos e percursos formativos quanto com relação aos planejamentos docentes, de componentes curriculares, bem como seus processos de avaliação.

4.12.2. Metodologias de ensino

Com relação às metodologias de ensino, é resguardada a autonomia didático-pedagógica dos docentes do IFPR. Em consonância com as normativas vigentes, sobretudo com relação ao processo de avaliação, os docentes do IFPR desenvolvem suas atividades de ensino da maneira mais apropriada às realidades e necessidades de cada contexto, turma e conteúdo, primando sempre pela formação integral e processual dos estudantes.

Vale ressaltar que, neste contexto e de acordo com as normativas vigentes, a avaliação é sempre considerada como parte do processo de ensino não tendo um papel meramente de mensuração.

Periodicamente são realizadas ainda ações de formação continuada dos professores e professoras (grupos de estudos, café pedagógico, discussões

coletivas, etc.).

4.12.3. Projetos integradores

De uma forma geral, os currículos dos cursos do IFPR - Campus Pitanga (Técnico Médio Integrado, Superiores e Pós-graduação) são pensados como projetos que integram e colocam em diálogo diferentes conhecimentos e conteúdos.

A forma do trabalho pedagógico empregado na Instituição, assim como sua lógica interna apontam para cursos em que as diferentes disciplinas dialogam entre si, considerando o ideal de formação plena do estudante, direcionada para a formação integral, tanto para continuidade de estudos quanto para o mundo do trabalho.

Além disso, como já apontado, os cursos do IFPR - Campus Pitanga são pensados numa perspectiva de verticalização, oportunizando ao estudante a permanência na instituição por meio da continuidade de estudos.

4.12.4. Apoio pedagógico e acompanhamento dos estudantes

O acompanhamento pedagógico dos estudantes tem especial apoio da SEPAE, que realiza, juntamente com as coordenações de curso, atividades de orientação, apoio e auxílio aos estudantes.

Especificamente com relação ao Ensino Médio Técnico Integrado, há o acompanhamento diário de frequência, por parte dos docentes, pela SEPAE e pelo Assistente de Alunos. Tal acompanhamento é concomitantemente repassado à coordenação e assim há a possibilidade de identificar prontamente casos de ausências consecutivas de estudantes, fazer contatos com responsáveis, etc.

Nos cursos superiores, o acompanhamento de frequência diário é de responsabilidade dos docentes e a coordenação, mensalmente, levanta os dados de frequência dos estudantes atendidos pelos programas de assistência estudantil a fim de autorizar os pagamentos.

É feito também um contínuo acompanhamento pedagógico dos estudantes que apresentam algum processo de dificuldade de aprendizagem.

Tais acompanhamentos podem surgir de demandas próprias dos estudantes ou de indicação de docentes ou coordenações de curso.

4.12.5. Projetos de ensino, pesquisa, extensão e inovação

Os Institutos Federais preparam estudantes para o ingresso no mundo do trabalho, contudo, essa formação deve ocorrer de forma concomitante a formação acadêmica garantindo a formação integral de um estudante crítico e autônomo. Espera-se que a partir disso os egressos sejam capazes de alterar o contexto regional onde encontram-se inseridos. Uma importante ferramenta que auxilia nessa formação é a articulação entre ensino, pesquisa, extensão e inovação.

A construção pedagógica dos Institutos Federais deve ser realizada em função das necessidades apresentadas pela sociedade possibilitando atender as demandas sociais, econômicas e culturais de sua região. Essa autonomia na organização curricular possibilita que no mesmo espaço institucional ocorra o diálogo articulado entre diferentes níveis e modalidades de ensino contribuindo assim para a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão e, mais recentemente, da inovação.

Nesse contexto, o Instituto Federal do Paraná – Campus Pitanga, reconhece a importância dessa indissociabilidade e de seu papel como potencializador no processo de ensino-aprendizagem e na permanência e êxito dos estudantes.

O Instituto Federal do Paraná – Campus Pitanga busca estimular a integração entre conteúdos de componentes curriculares e a pesquisa em todos os níveis de ensino. Para que esse objetivo seja atingido serão realizados eventos acadêmicos anuais, tais como: Encontro Científico de Inovação, Pesquisa e Extensão, Feira de Inovação Tecnológica e Semanas Acadêmicas de Cursos. Nesses eventos são apresentados trabalhos e projetos desenvolvidos por estudantes e servidores do campus.

O campus Pitanga busca fortalecer suas atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação através da identificação de temas de referência relacionados ao contexto regional. Serão realizados momentos para discussão

sobre os possíveis temas de estudos e sobre a viabilidade do campus ser referência nesses temas. Outra ação que contribuirá para consolidar as atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação e a definição de possíveis temas de estudo é o mapeamento de áreas de pesquisa dos servidores do campus e o estímulo à criação de grupos de pesquisa.

A captação de recursos também é outra ação que pode contribuir para o desenvolvimento de projetos de ensino, pesquisa, extensão e inovação. Para que isso ocorra os servidores serão estimulados a submeter projetos para editais internos e externos. A Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão será responsável por dar ampla divulgação de editais internos e externos que possam trazer recursos para projetos do campus.

É necessário que o campus realize investimentos para que os laboratórios de ensino e pesquisa deem condições adequadas para o desenvolvimento de projetos e investimentos em softwares e hardwares para que o laboratório de informática do campus atenda as demandas das áreas de ensino, pesquisa e extensão.

Os Institutos devem ainda orientar os processos formativos a partir de premissas que garantam a articulação entre ciência, tecnologia e cultura e, conseqüentemente, entre ensino, pesquisa e extensão, visando auxiliar no desenvolvimento local e regional.

Atualmente o campus não possui as coordenações de ensino e nem de pesquisa. É necessário que o campus busque viabilizar as presenças dessas funções para que o desenvolvimento de projetos não seja prejudicado.

As ações relacionadas a projetos de ensino, pesquisa, extensão e inovação devem ser elaboradas a partir dos seguintes princípios norteadores:

1. Indissociabilidade entre ensino, pesquisa, extensão e inovação.
2. Projetos com função estratégica relacionando todos os níveis de ensino.
3. Desenvolvimento de projetos que atendam demandas sociais, do mundo do trabalho e da produção, com impactos nos arranjos produtivos locais e que contribuam para o desenvolvimento local, regional e nacional;
4. Comprometimento com a inovação tecnológica e a transferência de

tecnologia.

5. Divulgação dos resultados obtidos nos projetos.

6. Desenvolvimento de inovações educacionais, sociais e organizacionais, em parceria com outras instituições de ensino, organizações da sociedade civil, entidades governamentais e setor privado.

7. Desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos (BRASIL, 2008).

8. Articular ações de extensão para a promoção do desenvolvimento socioeconômico, político e cultural local e regional.

4.13. Estágio obrigatório e não obrigatório

Atualmente o Campus Pitanga encontra-se em processo de estruturação da Seção de Estágios e Relações Comunitárias. O passo seguinte será a elaboração e aprovação de um Regulamento de Estágios para o Campus. Tal esforço já está em andamento, visto que, por meio da Portaria nº 40, de 30 de abril de 2021 a Direção Geral do Campus instituiu a Comissão Permanente de Estágios, que já está elaborando a minuta do Regulamento citado.

Diversos de nossos estudantes já estão inseridos, hoje, em estágios não obrigatórios. São estudantes do curso médio, em várias funções relacionadas ao curso e estudantes do superior, sobretudo das licenciaturas, em estágios não obrigatórios na área da educação, tanto em Pitanga quanto em municípios vizinhos.

Os cursos superiores, no momento, ainda não iniciaram suas atividades regulares de estágio obrigatório, entretanto têm suas regulamentações próprias em seus PPC's.

Estão em funcionamento no Campus, ainda, dois subprojetos do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID): um na área de Alfabetização, no curso de Pedagogia, com um núcleo de 16 estudantes bolsistas e 2 voluntários, e um na área de Química, com 8 estudantes bolsistas.

4.14. Núcleos institucionais

4.14.1. NIT – Núcleo de Inovação Tecnológica

O Núcleo de Inovação Tecnológica do IFPR (NIT) foi criado pela resolução Consup nº 6, de 23 de janeiro de 2017, que trata de sua organização, implementação e funcionamento. O NIT possui um papel importante na inovação e no processo de gestão da inovação desenvolvida no campus. É estruturado para gerir a proteção intelectual desenvolvida pelos pesquisadores da instituição, aproximando a academia e as empresas.

O objetivo do NIT é orientar os servidores que desenvolvem pesquisas passíveis de proteção intelectual, atuando como agente intermediário entre pesquisadores e aqueles que podem comercializar a tecnologia. É o setor responsável pela política de inovação e empreendedorismo, bem como garantir a transferência de tecnologia. Portanto, o NIT tem o papel de favorecer a criação de um ambiente propício para a transferência de tecnologia e para a proteção do conhecimento no IFPR. Assim, o NIT atua, ainda, na orientação de servidores com relação a pedidos de registro de patentes.

Anualmente, a coordenação da Seção de Inovação e Empreendedorismo realiza alguns eventos importantes, que visam incentivar os servidores a desenvolverem pesquisas e trabalhos que envolvam inovação. Os dois principais eventos realizados durante o ano são: A Feira de Inovação Tecnológica (IFTECH), bem como o Workshop de Tecnologias Agroindustriais (IFAGROTECH).

Com relação à Feira de Inovação Tecnológica (IFTECH) é um evento que busca apresentar ideias e invenções, representando um espaço de exposição de protótipos e/ou modelos inéditos desenvolvidos por meio de projetos que apresentam ao menos um dos seguintes tipos de inovação: de produto; de serviço; de processo; de marketing; de negócio e/ou organizacional. A IFTECH é realizada em duas etapas: uma local, nas dependências de cada um dos campi do IFPR, e outra institucional, reunindo os 2 (dois) melhores trabalhos, classificados em cada uma das etapas locais.

A referida feira tem como objetivo geral incentivar projetos que desenvolvam inovação, por meio de auxílio financeiro, a ser repassado aos

coordenadores dos projetos, para o desenvolvimento de protótipos e/ou modelos a serem apresentados na feira. Como objetivos específicos, a feira visa: 1) estimular o interesse de estudantes e servidores do IFPR - Campus Pitanga, com foco no desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação; 2) expor às comunidades interna e externa o resultado dos projetos voltados ao desenvolvimento de protótipos e/ou modelos inovadores, em todas as áreas do conhecimento; 3) criar um ambiente propício para a troca de experiências entre estudantes e servidores do IFPR; 4) estimular a criatividade empreendedora e inovadora de estudantes e servidores.

Já com relação ao IFAGROTECH (Workshop de Tecnologias Agroindustriais) constitui-se em um evento que visa integrar o Instituto procura conhecer as demandas locais em termos de tecnologia e/ou inovação voltada(s) à agroindústria ou à agricultura familiar por meio da caracterização dos gargalos, principalmente tecnológicos, com o escopo de idealizar e desenvolver projetos para que os pesquisadores do IFPR – servidores e discentes – criem e testem soluções para problemas identificados por meio da inserção de estudantes, com interesse resolutivo na comunidade local. O IFAGROTECH é realizado em uma única etapa local com atividades que podem ser estendidas ao longo de dois dias, nas dependências do campus.

O objetivo geral do IFAGROTECH é apresentar as demandas locais em termos de tecnologia e/ou inovação voltada(s) à agricultura ou agroindústria familiar, e a proposição de soluções inovadoras para a resolução dos problemas locais encontrados. No que diz respeito aos objetivos específicos, visam: estimular o interesse de estudantes e servidores dos campi do IFPR pelo desenvolvimento da ciência, tecnologia e da inovação; expor às comunidades interna e externa o resultado dos projetos de inovação voltados à agricultura ou agroindústria familiar; criar um ambiente propício à troca de experiências entre as comunidades interna e externa do IFPR; estimular a criatividade empreendedora e inovadora de estudantes e servidores; conhecer as demandas locais em termos de tecnologia e/ou inovação voltada(s) à agricultura ou agroindústria familiar, e propor soluções inovadoras na resolução dos problemas encontrados.

O NIT também apoia e desenvolve ações que visam estimular o Empreendedorismo no campus. Nesse caso, são realizados eventos em conjunto com o Sebrae (Inovação Território), bem como participação do campus no evento Células Empreendedoras, este último ocorre quando há previsão nos editais da Pró-Reitoria de Extensão, Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PROEPPi).

4.14.2. NAPNE - Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas

A atuação do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) do Instituto Federal do Paraná – Campus Pitanga articula os processos administrativos, docentes e técnicos para o atendimento e acolhimento de estudantes com necessidades específicas em busca de seu sucesso escolar em parceria com a Coordenadoria Geral de Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas, CONAPNE. Nesse contexto a proposta de organização do Atendimento Educacional Especializado (AEE) na educação profissional e tecnológica no Campus Pitanga objetiva-se em promover a acessibilidade aos estudantes com equidade aos conhecimentos escolares e às atividades realizadas no Campus.

Independente de sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra condição, todos os seres humanos são dignos de direitos, esses direitos foram consolidados na Declaração dos Direitos Humanos de 1948 e incluem o direito à vida, à liberdade de opinião e de expressão, o direito ao trabalho, à educação entre outros. No ano de 2008, o Ministério da Educação e Cultura por meio da extinta Secretaria de Educação Especial, busca alternativas para sanar as dificuldades dos sistemas de ensino para superação de práticas excludentes no ambiente escolar, iniciam-se discussões acerca dos referenciais para a construção de um sistema inclusivo, compreendendo que a educação inclusiva é um paradigma educacional que se constitui na concepção dos direitos humanos, associando os conceitos de igualdade e de diferença como valores indissociáveis, o MEC/SEESP lança a Política de Educação Inclusiva na

Perspectiva Inclusiva (BRASIL, 2008). O documento torna-se um marco histórico com o objetivo de

assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas (BRASIL, 2008a, p.14).

A Resolução n.04 do CNE/CEB (BRASIL, 2009) determina que para cumprir o Decreto nº 6.571/2008 (BRASIL, 2008b), que dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE), os sistemas de ensino devem matricular os estudantes público-alvo da Educação Especial (EE), nas classes comuns do ensino regular e no AEE, no contraturno. Essas diretrizes colocam a grande maioria das “escolas especiais” fora dos objetivos do modelo educacional da atualidade. Um dos desafios da nossa atualidade tem sido pensar a educação pública e de qualidade para todos. Pensar a educação para todos é bem mais que ocupar os espaços físicos das instituições escolares. Significa perceber as diferenças, reconhecer e valorizar as individualidades para além dos estigmas e preconceitos. Incluir, no sentido de possibilitar a interação crítica e criativa entre os sujeitos, criando e desenvolvendo contextos educativos. Educar para e na diversidade, estimular a participação e não simplesmente investir na transmissão e assimilação disciplinar de conteúdos estabelecidos. Educar para incluir é constatar as diferenças e as singularidades dos nossos estudantes e adotar a perspectiva de que, cada um, com suas particularidades, enriquece o contexto da sala de aula e possibilita maior riqueza de significados e de sentidos, transformando a aprendizagem em prática pedagógica viável para todos. Saber explorar as potencialidades e respeitar as características peculiares de cada

indivíduo, ressaltando o conhecimento como uma construção social é papel fundamental dos espaços escolares. Partindo da premissa de que todos aprendem, é preciso oferecer condições adequadas de aprendizagem e proporcionar fazeres estimulantes, atendendo às singularidades e valorizar as habilidades individuais para a superação de rótulos estigmatizantes. O processo de ensino-aprendizagem deve ser desenvolvido com vistas à superação das dificuldades, ampliando a participação dos estudantes e incentivando suas potencialidades. Assim, mesmo a escola sendo um lugar de desafios e tensões, pode se constituir em um espaço de conhecimento capaz de criar alternativas para a garantia de uma proposta de aprendizagem para todos os estudantes, com igualdade de oportunidades e possibilidades.

Na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, realizada em Nova York em 2006 que versa sobre os direitos humanos, apresentando um novo conceito de pessoa com deficiência (PcD), de acordo com o que se registra no artigo 1 do Decreto nº 6. 949/2009,

aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2009).

O Plano Nacional de Educação (2014-2024) ratifica a perspectiva inclusiva, conforme se observa na quarta meta, que trata da Educação Especial:

Universalizar, para a população de quatro a dezessete anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados (BRASIL, 2014, p.33).

A inclusão dos estudantes com NE do público-alvo da EE demanda atendimentos individualizados que permitam o desenvolvimento de habilidades e competências imprescindíveis a sua participação ativa nas aulas regulares. Por

isso, o AEE realizado nas escolas deve ter cunho pedagógico, buscando construir estratégias e recursos que permitam ao aluno com deficiência aprender, se desenvolver e participar ativamente de sua vida escolar.

O NAPNE é o núcleo que articula pessoas e setores para o desenvolvimento das ações de implantação e implementação do atendimento a pessoas com necessidades específicas e tem como objetivo principal criar na instituição a cultura da “educação para a convivência”, aceitação da diversidade e principalmente buscar a quebra das barreiras arquitetônicas, educacionais, de comunicação e atitudinais.

O Campus tem 4 turmas de Ensino Médio Técnico Integrado em Cooperativismo. No Ensino Superior, há 3 (três) turmas do Curso de Licenciatura em Química, 2 (duas) turmas do Curso de Licenciatura em Pedagogia, 2 (duas) turmas do Curso de Tecnologia em Agroindústria e 1 (uma) turma de Curso de Especialização em Interdisciplinaridade e Docência na Educação Básica. Totaliza-se hoje, conforme já apontado acima, 336 estudantes ativos, descontados aqueles em trancamento de curso.

Quanto aos estudantes que declararam que possuem necessidades específicas, consta o seguinte:

• **CURSO TÉCNICO INTEGRADO**

Total de Estudantes Matriculados: 126

Total de Estudante com Necessidades Específicas: 02⁹

• **ENSINO SUPERIOR**

Total de Estudantes Matriculados: 185

Total de Estudante com Necessidades Específicas: 02¹⁰

• **PÓS- GRADUAÇÃO**

Total de Estudantes Matriculados: 25

Total de Estudante com Necessidades Específicas: 0

⁹ Considerando apenas estudantes alvo da Educação Especial que apresentaram laudo.

¹⁰ Considerando apenas estudantes alvo da Educação Especial que apresentaram laudo.

Em relação ao quadro de servidores do Campus, temos 41 servidores efetivos, sendo 16 TAE e 25 docentes. Dentre os servidores há 6 com formação na área de Atendimento Educacional Especializado (consideradas especializações em áreas afins).

Neste momento, o Campus possui os seguintes equipamentos permanentes para uso do NAPNE:

Qt	Especificação do Equipamento
01	Conjunto Teclado com Colmeia
04	Fone de Ouvido, tipo headphone
01	Impressora Braille (100 CPS)
01	Lupa Eletrônica
01	Lupa Eletrônica Tipo Mouse
01	Máquina de Escrever Braille Manual
02	Mouse Especial para Pessoas com Dificuldade Motora

A Biblioteca do Campus apresenta alguns acervos bibliográficos adaptados para promover a acessibilidade de estudantes com baixa visão ou cegos.

Qt	Especificação dos Materiais
20	Áudio Livros
08	Livros com Fonte Ampliada
06	Livros em Braille
26	Periódicos em Braille

Atualmente, no Campus, não há uma sala específica para o NAPNE, sendo necessário definir o espaço e estruturá-la para atendimento ao público. O NAPNE, atualmente, tem sua formação regida pela Portaria nº 48 de 02 de junho de 2021 e conta com os seguintes servidores:

- Anauzira Silveira de Rezende Kurita, Bibliotecária;
- Douglas Alexandre Fernandes, Psicólogo;
- Jéssica de Almeida Moreira Getão, Assistente Social;
- Juliana Bicalho de Carvalho Barrios, Docente;
- Leila Cleuri Pryjma, Docente;
- Maria Sandreana Salvador da Silva Lizzi, Docente;
- Marta Rodrigues de Souza, Técnica em Assuntos Educacionais.

Propomos que a instalação física do NAPNE seja feita juntamente com a Seção Pedagógica e de Assuntos Estudantis, SEPAE, numa das salas do Bloco Administrativo do Instituto Federal do Paraná – Campus Pitanga para que sejam feitos os atendimentos aos estudantes, aos responsáveis, docentes e as reuniões com os membros da equipe. Além do espaço destinado ao NAPNE, visamos também a estruturação da Sala de Recursos Multifuncionais para que os estudantes com necessidades específicas possam receber o atendimento complementar/suplementar no turno inverso ao ensino regular com o Professor de Atendimento Educacional Especializado, AEE.

Objetivamos conseguir:

- I – Instituir programas e projetos na área da educação inclusiva, assegurando o acesso, a permanência e a conclusão com êxito de estudantes com necessidades específicas no IFPR – Campus Pitanga.
- II – Estabelecer e divulgar políticas de inclusão e ações afirmativas no tocante à legislação em vigor no país.
- III – Proporcionar apoio sociopsicopedagógico aos docentes quanto à inclusão de estudantes com necessidades específicas.

- IV – Atender às especificidades dos discentes com necessidades específicas matriculados regularmente no IFPR – Campus Pitanga.
- V – Oferecer orientações, capacitações, adequações e adaptações que garantam a acessibilidade das pessoas com necessidades específicas.
- VI – Realizar, organizar e participar de eventos na educação inclusiva, visando à sensibilização e à divulgação do Programa de Ações Afirmativas do IFPR – Campus Pitanga, de conveniados e demais parceiros.
- VII – Promover a formação inicial e continuada e/ou pós-graduação de profissionais do IFPR – Campus Pitanga sobre a educação inclusiva.
- VIII – Captar parcerias, convênios, recursos materiais e financeiros para realização das atividades no desenvolvimento da proposta de inclusão educacional.
- IX – Preparar pessoas com necessidades específicas para inserção no mundo do trabalho.
- X – Identificar os discentes com necessidades específicas e/ou com deficiência.
- XI – Acompanhar e mediar o processo de ensino-aprendizagem dos discentes, favorecendo a interlocução dos diversos segmentos da comunidade escolar.

A sala de Recursos Multifuncionais será onde ocorrerão as aulas do AEE para estudantes com NE que estão no público-alvo da EE em acordo com Resolução nº 4/2009 (BRASIL, 2009), atualizando-se pela Lei nº 12.796/2013 (BRASIL, 2013).

Atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 2013, p.1).

Esperamos efetivar essa sala o mais brevemente possível. Para que a sala do NAPNE se ative, há a necessidade de que haja novos servidores, como docente de AEE e Tradutor Intérprete de LIBRAS, por exemplo. É necessário haver ainda, por parte da Instituição, oferta e/ou oferecimento de condições para

que os atuais servidores possam desenvolver formações na área da inclusão educacional.

Nesse sentido, Mantoan, analisando a perspectiva de inclusão escolar, apresenta o que as instituições escolares de qualidade são:

São espaços educativos de construção de personalidades humanas autônomas, críticas, nos quais as crianças e jovens aprendem a ser pessoas. Nesses ambientes educativos, ensinase os alunos a valorizar a diferença, pela convivência com seus pares, pelo exemplo dos professores, pelo ensino ministrado nas salas de aula, pelo clima socioafetivo das relações estabelecidas em toda a comunidade escolar – sem tensões, competição de forma solidária e participativa. Escolas assim concebidas não excluem nenhum aluno de suas classes, de seus programas, de suas aulas, das atividades e do convívio escolar mais amplo. São contextos educacionais em que todos os alunos têm possibilidade de aprender, frequentando uma mesma e única turma. (MANTOAN, 2015, p, 66).

O que queremos é que o IFPR – Campus Pitanga se torne este espaço de excelência educacional.

4.15. Relacionamento com a comunidade

Como apontado anteriormente, o Campus Pitanga encontra-se em processo de estruturação da Seção de Estágios e Relações Comunitárias. Entretanto, a relação com a comunidade é empreendida de diversas formas.

Há a participação da sociedade civil, por exemplo, no CODIC, onde a representação se faz por meio de entidades e representantes de pais de estudantes.

Estabelecemos ainda relacionamento com a comunidade por meio de projetos de extensão que visam melhorar a qualidade do ensino da região e atender às demandas locais.

Na relação com a melhoria da qualidade do ensino, podemos citar o projeto WASH de extensão, que visa o ensino de programação para estudantes da rede municipal de ensino pelos estudantes participantes do projeto. Há ainda o já citado PIBID, por meio do qual os estudantes das licenciaturas estarão nas escolas da região atuando na iniciação à docência, reforçando a ligação destes

cursos com a comunidade.

Foi realizado também no ano de 2019 o projeto Inglês I Can Learn English at School que consistiu em uma parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Pitanga, para ministrar aulas de Inglês para o 5º ano do Ensino Fundamental. No ano de 2019 foram atingidos 390 estudantes, no ano de 2020 foram atingidas 420 crianças, o projeto foi interrompido devido à pandemia e no ano de 2021, enquanto as aulas estão no formato de ensino remoto emergencial, foram desenvolvidos jogos pedagógicos de baixo custo. As aulas são ministradas por estudantes do Ensino Médio (cerca de 35 estudantes) que exercem o seu protagonismo juvenil e têm demonstrado mais comprometimento com seus estudos, fortalecimento da autoestima, melhoria no ato de falar em público e maior organização.

São realizados, com regularidade, também diversos projetos, mostras e exposições de Artes no Campus. Estes eventos, sempre contam com participações externas e são importantes meios de relação com a comunidade acadêmica. Entre diversos eventos realizados, podemos destacar alguns:

- **Lançamento do Livro *IMAGINARIUM* – 2018:** a proposta é abrir espaço à imaginação e representar ideias, sentimentos, emoções de forma concreta: desenhar, pintar, colar, escrever. O livro está disponível para empréstimo na biblioteca.

- **ENTREARTE – 2018 e 2019:** Festival de Produções Artísticas do Campus Pitanga, envolve a participação de estudantes do campus e de estudantes das demais instituições de ensino do município, propondo: comunicação oral de pesquisas sobre produção artística, palestras, oficinas e apresentações artísticas da instituição e da comunidade.

- **Exposições de Arte, entre elas: Entre Humanos e Animais:** pintura acrílica sobre tela; **Lendas e Contos sem pontos:** bonecos representativos da cultura popular produzidos por meio da técnica de papietagem; **Constelações:** pintura acrílica sobre papel com representações de constelações criadas em dinâmicas que possibilitam as produções artísticas; **Máscaras: tornar presente o ausente:** máscaras produzidas em gesso, pintura acrílica e colagem - artefatos simbólicos que revelam e materializam aspectos humanos; **Figura Humana:** pintura acrílica

sobre papel kraft, recortada em tamanho natural, envolvendo pesquisa teórica e prática entre o Renascimento e o Barroco e temas contemporâneos; **Objeto Cadeira:** pintura acrílica sobre objeto constituídos com referências da Arte Contemporânea e ao Dadaísmo envolvendo relações humanas antagônicas: poder e submissão, força e fraqueza; **Produções dos estudantes do curso FIC de Produções Artísticas: Procedimentos Teóricos e Metodológicos Bidimensionais – Pintura I:** a ação encerra as atividades com a produção de propostas artísticas que envolvem os conteúdos trabalhados no curso.

Ainda no mesmo sentido, há projetos realizados em direta relação com a comunidade:

- **Entrearte e Exposições - Projeto de Extensão 2019** – Projeto realizado em parceria com a Secretaria de Educação e Cultura do município de Pitanga. A ação de extensão consiste na montagem de exposições artísticas de trabalhos produzidos por estudantes do IFPR e na formação de servidores das instituições municipais envolvidas. As oficinas formativas abordam diferentes conceitos das artes visuais, de modo que se tornem práticas educativas nas diferentes escolas parceiras.

- **Apresentação Artística Teatro: Comédia dell’arte e palhaçaria - 2019:** apresentação cênica e oficina direcionada à formação artística.

- **Ação Artística Imagine Asas - 2018** em diante: pintura de asas na parede da biblioteca com objetivo de intervir artisticamente com o ambiente em torno por meio, por exemplo, da produção de imagens fotográficas.

- **Evento sobre materiais recicláveis - 2018:** encontro com representantes da Associação de Coletores de Materiais Recicláveis do Município de Pitanga e os estudantes do curso Técnico em Cooperativismo com o objetivo desenvolver uma pesquisa proposta no componente de Arte. O evento promoveu o diálogo entre os estudantes e os trabalhadores que foram presenteados com a produção pictórica representando a força e a importância do trabalho que desenvolvem.

Há também mais ações como Exibições Fílmicas; Ação cultural sobre o *Día de Los Muertos* e cultura latina; Contação de histórias; Apresentações do grupo de Dança Gaúcha do Campus, e outras ações. Todas estas, acreditamos,

contribuem para nossa relação com a comunidade, tanto do município, quanto da região.

Além destes, todos os anos, diversos outros eventos são realizados no Campus, sempre com a participação da comunidade externa. É o caso da Mostra de Profissões, em que estudantes e comunidade em geral são convidados a conhecerem nossos cursos e instalações.

Outros exemplos são a Feira de Inovação Tecnológica (IFTECH), bem como o Workshop de Tecnologias Agroindustriais (IFAGROTECH). Tais eventos são realizados anualmente sob a coordenação da Seção de Inovação e Empreendedorismo.

Como já apontado anteriormente, a Feira de Inovação Tecnológica (IFTECH) é um evento que busca apresentar ideias e invenções, representando um espaço de exposição de protótipos e/ou modelos inéditos desenvolvidos por meio de projetos que apresentam ao menos um dos seguintes tipos de inovação: de produto; de serviço; de processo; de marketing; de negócio e/ou organizacional. A IFTECH é realizada em duas etapas: uma local, nas dependências de cada um dos campi do IFPR, e outra institucional, reunindo os 2 (dois) melhores trabalhos, classificados em cada uma das etapas locais.

Anualmente é realizado também o Encontro Científico de Inovação, Pesquisa e Extensão (ECIPE). Este é um evento multidisciplinar, criado em 2015 e que tem como objetivo ser um espaço para apresentações científicas e culturais desenvolvidas por servidores e discentes do IFPR – Campus Pitanga e demais instituições. Nas edições já realizadas do evento, contamos com a participação de diversos estudantes do próprio IFPR e de outras instituições locais, por meio de comunicações de trabalhos e participações nas palestras do evento.

Os Colegiados de Cursos, por meio de comissões específicas, realizam também, periodicamente, as Semanas Acadêmicas dos respectivos cursos. Nestes eventos, que contam com palestras, oficinas e apresentações de trabalhos, tanto a comunidade interna quanto a externa são convidados a participar.

No ano de 2019 o Campus Pitanga realizou a I Feira de Ciências e

Tecnologias Sociais de Pitanga: Solucionando problemas locais. Trata-se de um projeto aprovado pela Chamada CNPq/MEC/MCTIC/SEPED Nº 27/2018 - Feiras de Ciências e Mostras Científicas, que teve como foco central a realização da I Feira de Ciências e Mostras de Trabalhos Científicos no município de Pitanga, com formações específicas para este fim e incentivo à participação feminina em projetos de ciência e tecnologia. O projeto foi realizado em parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Pitanga, Núcleo Regional de Educação de Pitanga e escolas públicas e privadas no âmbito municipal. Dentre as ações realizadas ocorreram:

- Oficina de formação para orientadores (docentes e técnicos) das escolas públicas e privadas de Pitanga;
- Participação discente na elaboração da Logo do evento, com premiação;
- Orientação para elaboração dos projetos e submissão no evento;
- Realização do evento;
- Premiação dos melhores trabalhos por categorias;
- Total de 53 projetos participantes no evento;
- Participação em exposição de projetos e/ou visitação na Feira de estudantes e comunidade local;
- Vinculação do evento na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia – 2019;
- Credenciamento de 05 (cinco) estudantes, dos projetos vencedores, ao recebimento de bolsas de Iniciação Científica Júnior do CNPq durante o ano de 2020.

Estes e outros eventos, além de ações voltadas para a comunidade externa, fazem parte da relação estabelecida entre o IFPR - Campus Pitanga e a comunidade local. Outras ações, projetos e eventos devem ser ainda realizados, estreitando a relação entre a instituição e a comunidade.

4.16. Comunicação

A divulgação das ações e atividades do Campus Pitanga fica a cargo da Comissão de Comunicação e Eventos, composta por servidores da unidade designados conforme Portaria estabelecida pela Direção Geral e atualizada

segundo as necessidades vigentes. Um dos membros da Comissão é selecionado para representar o Campus na Rede de Comunicadores do IFPR, voltada ao planejamento e desenvolvimento de ações integradas no âmbito da comunicação institucional.

As ações de comunicação estão pautadas em princípios como ética, transparência, informação, diálogo com a comunidade e prestação de serviços. Tais atividades se desenvolvem de forma contínua, valendo-se das duas ferramentas oficiais de comunicação do Campus: o site institucional e da página do Facebook. Entre os principais eventos acompanhados pela comunicação, destacam-se os Processos Seletivos anuais do IFPR para os diferentes níveis de ensino (técnico, superior e pós-graduação), abertura de cursos de formação inicial e continuada (FIC), divulgação de eventos científicos, acadêmicos e culturais, divulgação das ações desenvolvidas por servidores e estudantes do campus.

Para além do trabalho de divulgação, a comunicação presta auxílio aos servidores quanto à produção de material imagético (cartazes, banners, etc), estabelecimento de contatos com a comunidade, propostas para divulgação interna e externa das ações do campus, entre outras situações pertinentes. Convém lembrar que, além da comunicação institucional, o Campus se vale do apoio de uma ampla rede de cobertura local que inclui estações de rádio, jornais impressos, portais de notícias e blogs de Pitanga e região.

5. AVALIAÇÃO DO PPP

A avaliação do Projeto Político Pedagógico - PPP deverá ser realizada a cada três anos, com o propósito de verificar a consonância das políticas e diretrizes estabelecidas no PPP com as práticas vivenciadas no Campus, de forma a ratificar ou reestruturar o documento de acordo com a realidade institucional. O PPP também deverá ser considerado como fundamento para a elaboração do PDI.

Para que o documento possa ser revisto e adequado deverá ser constituída uma Comissão de Reestruturação do PPP designada por portaria específica.

Com o intuito de garantir a participação coletiva, deverão ser organizadas reuniões, promovendo espaços de discussões em âmbito institucional, contando com a participação dos membros da comunidade acadêmica (estudantes, servidores docentes e técnicos administrativos, estagiários, terceirizados, pais e responsáveis) e membros do Colégio Dirigente do Campus (CODIC).

Em futuras atualizações o documento deverá ser estudado, discutido, avaliado e atualizado. Para isso podem ser realizadas consultas à comunidade por meio de reuniões, aplicação de questionários ou outros métodos que a comissão de reestruturação julgar necessários.

Após realizadas as reformulações o novo documento deverá ser disponibilizado na página do Campus para a consulta da comunidade. A Comissão de Reestruturação poderá apresentar as readequações em reunião coletiva.

6. REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, 1988.

BRASIL. Decreto nº 6571, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto no 6.253, de 13 de novembro de 2007. Brasília, DF: Presidência da República, 2008b.

BRASIL. Decreto-Lei no. 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei n. 10.436, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais, e o art. 18 da Lei n. 10.098 de 19 de dezembro de 2000. Brasília, DF, Presidência da República, 2005.

BRASIL. Decreto-Lei no. 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2011.

BRASIL. Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>. Acesso em: 20 fevereiro 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 02 março 2020.

BRASIL. **Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 02 março 2020.

BRASIL. **Lei no. 12.711 de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2012.

BRASIL. **Lei no. 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2014.

BRASIL. **Lei no. 13.146 de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

BRASIL. **Lei no. 9.394 de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resumo Técnico: Censo Escolar 2010.**

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010.** Brasília, DF: Secretaria de Educação Especial, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília, DF: Secretaria de Educação Especial, 2008.

BRASIL. Senado Federal . **Plano Nacional de Educação 2014-2024.** Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, DF, Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

BRASIL. Senado Federal. Congresso Nacional. Ministério da Educação. **Lei nº 12.796,** de 4 de abril de 2013. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, ab. 2013, p.1. Seção 1.

BRASIL. Senado Federal. **Decreto nº 6.949**, 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção internacional sobre os direitos da pessoa com deficiência e protocolo facultativo de 2006, Nova York, NY, assinatura 30 mar. 2007, aprovada no Congresso Nacional, Decreto–Lei nº 186, 9 jul. 2008. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 ago. 2009.

BRASIL. Senado Federal. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF, MEC/SEESP. 7 jan. 2008a. 19p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf> acesso em 18/03/2018.

DALMAS, A. **Planejamento participativo na escola: elaboração, acompanhamento e avaliação**. Petrópolis: Vozes, 2008.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, ONU, 1948

FERES JÚNIOR, J.; ZONINSEIN, J. Aspectos normativos e legais das políticas de ação afirmativa. **Ação afirmativa e universidade: experiências nacionais comparadas**. Brasília, DF: UNB, 2005. p. 46-62

GANDIN, D. Posição do planejamento participativo entre as ferramentas de intervenção na realidade. **Currículo sem Fronteira**, v.1, n. 1, Jan./jun., 2001, pp 81-95.

GASPARIN, João Luiz. **Uma didática para a pedagogia histórico-crítica**. 5.ed. Campinas: Autores Associados, 2009.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR). **Manual de Competências do IFPR**. 2020. Disponível em: < <http://info.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/728-MC-2.1.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR). **Plano de Desenvolvimento Institucional: 2019-2023**. Versão Final, dez. 2018. Disponível em: < <http://info.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/PDI-2019-2023-Versao-Consump-2019.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2020.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR). **Resolução nº 50 de 14 de julho de 2017**. Estabelece as normas de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem no âmbito do IFPR. 2017. Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2014/06/Resolucao-IFPR-nº-50_2017-Estabelece-as-normas-da-avaliacao-dos-processos-de-ensino-aprendizagem-no-ambito-do-IFPR.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2020.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR). **Resolução nº 6 de 23 de janeiro de 2017**. Dispõe sobre a criação do Núcleo de Inovação Tecnológica do Instituto Federal do Paraná – IFPR e trata de sua organização, implementação e funcionamento. 2017. Disponível em: < <https://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2018/02/Resolu%c3%a7%c3%a3o-06.2017-1.pdf>>. Acesso em: mai. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR). **Resolução nº 8 de 30 de abril de 2014**. Regulamenta o Regimento Interno Comum aos Campus do Instituto Federal do Paraná. 2014. Disponível em: < <https://reitoria.ifpr.edu.br/resolucao-082014/>>. Acesso em: 22 out. 2020.

IPARDES. **Os vários Paranas: as espacialidades socioeconômico-institucionais no período 2003-2015**. Curitiba: IPARDES, 2017. Disponível em < <http://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Edicao-2017>>. Acesso em out. 2019.

IPARDES. **Projeção da população dos municípios do Paraná para o período 2018 a 2040**. 2018. Nota técnica. Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br/pdf/nota_tecnica_populacao_projetada.pdf>.

KUENZER, Acacia Zeneida. “As mudanças no mundo do trabalho e a educação: Novos desafios para a gestão”. In: FERREIRA, Naura S.C. **Gestão democrática da educação: Atuais tendências, novos desafios**. São Paulo: Cortez, 1998.

LESSA, S.; TONET, I. **Introdução à filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MACENO, T. E. **(Im)possibilidades e limites da universalização da educação sob o capital**. Dissertação apresentada ao Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2005.

MANTOAN, M.T.E., SANTOS, Maria Terezinha da C.T. **Inclusão Escolar: o que é, por que, como fazer**. São Paulo, Summus, 2015.

PACHECO, E. **Fundamentos político-pedagógicos dos Institutos Federais: diretrizes para uma educação profissional e tecnológica transformadora**. Natal: IFRN, 2015.

PACHECO, E. Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica. In: PACHECO, E. (Org.) **Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. São Paulo: Moderna, 2011. p. 13-32.

PADILHA, R. P. **Planejamento dialógico: como construir o projeto político pedagógico da escola**. São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire, 2001.

SÁ, Ricardo Antunes. **Pedagogia: identidade e formação. O trabalho pedagógico nos Processos Educativos Não-Escolares. Revista Educar**, Curitiba, n. 16, p. 171-180. 2000. Editora da UFPR. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/er/n16/n16a12.pdf>>.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. Campinas: Autores Associados, 2018.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11.ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.